

A EXPLORAÇÃO FAMILIAR NO BRASIL*

Introdução

Resumo histórico

Evidentemente é impossível apresentar aqui uma análise completa da história agrária brasileira. Nossa intenção, bem mais modesta, é a de indicar alguns elementos que a caracterizam, a fim de situar em seu contexto mais global as análises elaboradas a partir de três terrenos brasileiros que estudamos: o Cariri, no Nordeste; o município de Leme, no Estado de São Paulo; e a região de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul. A agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. Na esteira das monoculturas, situam-se os ciclos econômicos sucessivos que correspondem à evolução do mercado internacional. A fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo.

Essa conformação inicial da vida social, resumida aqui em linhas gerais, teve uma influência particularmente poderosa no Nordeste, onde são implantados, no século XVI, os primeiros núcleos

* Por Anita Brumer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Ghislaine Duque, professora da Universidade Federal da Paraíba; Fernando Antonio Lourenço e Maria de Nazareth Baudel Wanderley, professores da Unicamp.

de colonização. A ocupação mais tardia do centro do país, a abolição dos escravos (há pouco mais de um século) e a imigração estrangeira sobrepuseram-se a outros modelos, sem com isso apagar totalmente as marcas originais.

O modelo original do campesinato brasileiro

Pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.

A população rural vivia historicamente no interior das grandes propriedades ou em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas. Nos dois casos, a vida social estava longe de corresponder à complexidade característica das aldeias camponesas dos velhos países europeus ou do Novo Mundo. Na realidade, a população dos campos não se constitui verdadeiramente em comunidade rural, no sentido antropológico do termo. Trata-se antes da associação do meio rural com o núcleo urbano que a integra. Com efeito, freqüentemente, os pequenos núcleos urbanos que se multiplicam por todo o país não se distinguem tão claramente de seu próprio meio rural. A cidade (ou "município"), sede da comunidade, preenche não somente suas funções propriamente urbanas, mas também outras funções de caráter indiscutivelmente rural. Se a cidade encarna o Estado e a grande sociedade (a sociedade como um todo), na medida em que abriga os serviços administrativos e burocráticos relativos ao exercício dos direitos e dos deveres dos cidadãos, integra também a sociedade rural, pois as atividades que se desenvolvem nela estão intimamente associadas à agricultura e à vida social da população rural. É na cidade que se encontram os "notáveis" da sociedade rural, inclusive a sede paroquial, e é em direção às cidades que a população rural acorre quando há festas e eventos importantes.¹ É evidente também que, em algumas circunstâncias, boa parte dos próprios agricultores e dos trabalhadores rurais mora nos centros urbanos.²

Em todo o país, as grandes propriedades, devido a seu caráter extensivo, constituem também espaços de reprodução para a pequena agricultura camponesa de subsistência. Pequenos agricultores ali se instalam e, em contrapartida, submetem-se à obrigatoriedade de prestar diversos serviços ao proprietário. Nos períodos de crise das grandes culturas, os grandes proprietários fundiários — os latifundiários — abandonam total ou parcialmente a direção do empreendimento agrícola e deixam a terra aos cuidados dos pequenos agricultores, dos quais exigem um pagamento sob diversas formas. A fragilidade dos agricultores "dependentes" manifesta-se claramente à época em que é preciso reassumir a atividade principal: pela expulsão pura e simples de seus ocupantes, o proprietário restabelece a administração única e centralizada do empreendimento e retoma a exploração das culturas que abandonara.

A história do campesinato brasileiro apresenta, desde sua origem, um caráter regional bastante acentuado.³ Segundo Guilherme Palacios, em seus documentos históricos acerca do Nordeste, datam de 1700 as primeiras referências aos pobres livres dos campos. Eles são considerados como "grupos diferenciados", que se caracterizam por seu isolamento, por sua pobreza e pela agricultura de subsistência. Em determinadas ocasiões, essa população livre do Nordeste integrava-se na economia de mercado, contribuía de modo significativo para a revitalização das populações locais e até mesmo participava das atividades principais da colônia, tais como a produção de cana-de-açúcar, de algodão e de tabaco.⁴ Entretanto, após a abolição dos escravos em 1888, foram eles os mais absorvidos como trabalhadores "assujeitados" das grandes propriedades,⁵ onde conheceriam uma degradação de suas condições de vida, seguidas pelo aprofundamento de seu isolamento, da marginalidade e do empobrecimento de suas comunidades. É nesse momento que a ocupação da região semi-árida se intensifica. A associação entre a criação de gado extensiva, já tradicional, as culturas de algodão e os produtos de subsistência torna-se predominante no sertão e constitui progressivamente a base das relações sociais entre os grandes proprietários e seus "moradores".⁶

Na região semi-árida, onde se situa nossa pesquisa no Nordeste, o povoamento é realizado mais tardiamente do que na área cos-

teira, sob o avanço das grandes fazendas de criação de gado destinadas a assegurar a revitalização dos engenhos de cana-de-açúcar em carne e animais de tração. As populações pobres que se instalaram nos fundos de vale, buscando um espaço para a subsistência, sofriam a pressão dos criadores de gado cujos rebanhos invadiam os campos na época da seca. Muitas vezes, esses pequenos produtores de subsistência integravam-se à grande propriedade, fornecendo-lhe uma força de trabalho mal remunerada e recebendo em troca alguma proteção.

Em São Paulo, a agricultura dos caboclos era igualmente itinerante e rudimentar. A associação entre a policultura e a criação de gado, típica das economias camponesas tradicionais, era extremamente precária, quando não inexistente.⁷ Por outro lado, os trabalhadores estrangeiros, que a partir da segunda metade do século XIX, constituíram a força de trabalho das fazendas de café, reforçam o contingente dos agricultores de subsistência dependentes das grandes explorações.

Na Região Sul estabeleceu-se uma certa divisão espacial entre os pampas, onde a grande propriedade se instala a partir do século XVIII, e as regiões montanhosas, onde as comunidades camponesas de imigrantes europeus se implantam no século XIX. A história anterior dos imigrantes, as condições de sua instalação no país, independentemente das grandes propriedades e a possibilidade de reprodução da família, graças a deslocamentos constantes, explicam por que as colônias meridionais puderam constituir-se mais claramente em comunidades camponesas. Contudo, a exigüidade das terras disponíveis e a extrema precariedade dos sistemas de cultura predominantes provocarão freqüentemente o declínio da economia colonial e forçarão essas populações a novas migrações.

A modernização da agricultura

Malgrado a industrialização do país, que se acentua a partir dos anos 50 deste século, os proprietários fundiários manterão em larga escala seu controle sobre os elementos tradicionais de sua dominação social, ou seja sobre a propriedade da terra, e, graças a ela, sobre a força de trabalho rural. Este “pano de fundo” sóciopolí-

tico é fundamental para se compreender a natureza do processo de modernização da agricultura que é efetuada a partir de meados dos anos 60.

Esse processo impôs efetivamente modificações indiscutíveis ao perfil técnico e econômico da agricultura brasileira. Todavia, apresenta algumas particularidades que seria preciso assinalar.

Em primeiro lugar, a propriedade fundiária permanece como o elemento organizador indispensável à atividade agrícola. É preciso observar, entretanto, que ela se apresenta muitas vezes independentemente de seu uso produtivo, que ela serve de reserva de valor em caráter especulativo ou que é explorada sob forma extensiva, com baixos níveis de produtividade. Por outro lado, a modernização da agricultura brasileira vem sendo realizada de maneira parcial e incompleta.⁸ Assim, por exemplo, para uma grande parte das culturas praticadas — inclusive as que são consideradas modernas — a colheita não é mecanizada. Isso só é possível, na medida em que, uma vez mais, a propriedade fundiária mantém seu controle sobre a força de trabalho rural e engendra um contingente humano que se reproduz de forma miserável.

Em segundo lugar, a questão social, que se exprime no nível da distribuição de rendas e da extrema marginalização da população rural, permanece atual e até mesmo vem sendo ampliada. Se considerarmos o nível de miséria absoluta que afeta o meio rural brasileiro, pode-se afirmar que, apesar do grau de modernização atingido, grande parte da população rural não chega a ultrapassar os limites da precariedade que, como vimos, caracteriza-a historicamente.⁹

Na realidade, a questão social não se limita à população rural. Apesar das dificuldades indicadas acima, o êxodo das populações rurais em direção às cidades cresce.¹⁰ Uma parte dessa “urbanização” é o resultado, antes de tudo, da expulsão em massa de trabalhadores que até então residiam nas grandes propriedades e que continuam a trabalhar na agricultura como assalariados temporários. A transferência do campo para a cidade não significa necessariamente, nesse caso, maior bem-estar dos trabalhadores, praticamente “abandonados” em novas favelas que se multiplicam por todas

as cidades do interior do país. À parte isso, em consequência do caráter "atrasado" da industrialização nacional que, em geral, economiza na força de trabalho, o êxodo rural em direção às grandes cidades traduz-se muitas vezes por um crescimento do desemprego ou do subemprego, que resultam na desordem social e na violência urbana que o país conhece atualmente.

A existência de uma enorme zona de fronteira funcionou historicamente como uma válvula de escape para as tensões sociais. A migração e a colonização permitiram a canalização do excedente de população das famílias rurais de antigas regiões para os novos espaços de reprodução social. Entretanto, ali também o controle da grande propriedade acabou por subordiná-lo, fazendo dessas regiões o cenário de uma verdadeira "guerra de extermínio" que opõe os pequenos "posseiros" aos grandes empreendimentos agrícolas ou de criação de gado que promovem a especulação da terra.¹¹

Evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas,¹² todavia foi bastante afetada pelo caráter "conservador" da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto. Uma parcela importante da chamada "pequena produção" é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade espacial. Por outro lado, os produtores familiares que se modernizam devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural. Diante das dificuldades engendradas pelo êxodo em direção às cidades (falta de emprego, condições de vida precárias etc.), as unidades familiares têm como função reter e abrigar uma população rural excedente.

Particularmente durante os anos 80, a crise que atingiu o setor agrícola provocou "um processo de fragmentação fundiária associada ao crescimento da mão-de-obra familiar".¹³ Por outro lado, seus efeitos ameaçam freqüentemente as posições já alcança-

das pelos produtores, tornando-os vulneráveis e frágeis, sobretudo face a execuções de hipotecas que afetam numerosas propriedades médias e pequenas.

Apresentação dos terrenos de pesquisa

Os três terrenos nos quais realizamos nossa enquete correspondem a situações concretas e diferenciadas da agricultura familiar brasileira.

O primeiro situa-se no Cariri da Paraíba, no Nordeste,¹⁴ onde 61 agricultores foram entrevistados em julho de 1988. Essa região, situada em plena Zona Semi-Árida, apresenta graves problemas estruturais, tanto do ponto de vista edafoclimático (as chuvas são raras e sobretudo muito irregulares, os solos geralmente pobres) quanto do ponto de vista sócioeconômico. Caracteriza-se pela preponderância da grande propriedade e das relações tradicionais de produção e de trabalho: a pequena produção ocupa muitas vezes um espaço exíguo entre os "latifúndios" e permanece a serviço dos grandes proprietários.¹⁵ Estes acumulam, na maior parte do tempo, atividades comerciais, industriais ou liberais e, muitas vezes, estendem ainda seu controle até a esfera política, manipulando assim o aparelho de Estado em benefício próprio. O sistema de produção ainda predominante repousa sobre o tripé da criação de gado extensiva combinada com a agricultura de subsistência e a cultura comercial do algodão em rama (esta última está em nítida decadência há alguns anos).

Tal sistema de produção era praticado não somente nas grandes propriedades (graças a trabalhadores muitas vezes alojados na exploração, os "moradores", remunerados segundo um sistema de participação na colheita e de acesso a um pedaço de terra para suas próprias culturas de subsistência), mas também pelos pequenos proprietários.

Estes últimos deixavam seu rebanho pastar nos vastos espaços livres da "caatinga" (vegetação natural da região, composta principalmente de pequenos arbustos e de cactos). O "fechamento das porteiras" das grandes propriedades, no decorrer das duas

últimas décadas, tirou dos pequenos exploradores a parte mais lucrativa de suas atividades, colocando em risco sua própria subsistência.

A modernização, encorajada pelos serviços de assistência técnica, é acima de tudo acessível aos “grandes”: aprimoramento do rebanho e das culturas forrageiras, mecanização, insumos químicos, irrigação. Os pequenos produtores, que tentam apropriar-se particularmente das técnicas de irrigação para intensificar sua produção e contornar assim os limites impostos pela exigüidade de suas parcelas, defrontram-se com numerosos problemas (salinização, defasagem entre os preços obtidos no mercado e o custo dos insumos exigidos por tais culturas), o que também ameaça sua possibilidade de reprodução.

A amostragem foi organizada de maneira a incluir toda a diversidade da produção familiar presente na região: os proprietários com superfícies de todas as categorias e os produtores não-proprietários, os exploradores que combinam formas de exploração, os que representam o sistema tradicional e os que praticam a irrigação.¹⁶

A segunda região da enquete corresponde ao município de Leme, próximo à cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A pesquisa do terreno, realizada em setembro de 1989, abrangeu 50 exploradores de algodão. No início de sua trajetória, esses exploradores dependiam das grandes propriedades, pois são, em grande maioria, descendentes de imigrantes estrangeiros — italianos ou alemães — que chegaram ao Brasil, em fins do século passado, para trabalhar nas fazendas de café. A partir dos anos 30, estes agricultores puderam formar explorações mais estáveis e mais seguras, através do acesso à propriedade da terra e de atividades economicamente rentáveis.

Tal processo foi extremamente seletivo e somente uma minoria de antigos “colonos do café”, como é o caso dos produtores que analisamos aqui, obteve êxito na guarda da propriedade da terra e na modernização de sua estrutura produtiva. Não só não há necessidade de alugar seus braços (o que ocorre freqüentemente no Nordeste) como, ao contrário, empregam assalariados — que são mui-

tas vezes de origem nordestina — para a colheita manual do algodão. Não obstante, permanecem produtores familiares, cuja contribuição em trabalho, capital e patrimônio fundiário é absolutamente indispensável à reprodução de sua exploração.

A comunidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, constitui o terceiro terreno da enquete. Em junho de 1988, 47 produtores familiares foram entrevistados ali. Trata-se de uma região que originariamente, perto do final do século XIX, fora ocupada por colonos imigrantes italianos, alemães e poloneses que ali desenvolvem uma agricultura familiar. Assim, de acordo com suas origens, é a mais camponesa das três regiões. Caracteriza-se por uma agricultura diversificada e pela associação da agricultura com a criação de gado. É nessa região que se desenvolvem importantes movimentos de organização de agricultores, principalmente em torno das cooperativas.

No Rio Grande do Sul, entretanto, diferentemente de São Paulo, a colheita da soja foi mecanizada. Os agricultores dessa região estudada são, portanto, menos dependentes de mão-de-obra externa. Por outro lado, são mais vulneráveis sob o ponto de vista da superfície explorada, o que acarreta um profundo bloqueio fundiário na região. Essa é uma das razões da intensa emigração da população local que, principalmente nos anos 70, dirige-se rumo a zonas de colonização do Norte e do Centro-Oeste do país. A frustração engendrada por esse processo está certamente na origem do movimento dos trabalhadores sem-terra que reúne a população excedente, incapaz de reproduzir as unidades familiares das gerações precedentes. Essa região mantém ainda, malgrado a modernização, traços importantes de suas tradições “coloniais”¹⁷ e camponesas.

Os resultados da pesquisa nos permitem perceber como cada uma das regiões estudadas conserva suas particularidades. Isso se deve ao fato de pretendermos que nossa análise privilegiasse o conhecimento do perfil esboçado de cada uma delas, a partir de seus traços dominantes. Dessa maneira, inscrevemo-nos no rol dos pesquisadores brasileiros que consideram indispensável ampliar e aprofundar o estudo comparativo da agricultura familiar no interior do próprio país.

Relação com a terra e estruturas fundiárias

No Brasil, pelas razões históricas que já indicamos, a propriedade jurídica da terra é indispensável para o exercício da agricultura. Sem essa condição prévia, o agricultor não goza de um mínimo de autonomia necessária para tomar suas decisões e praticamente não tem acesso ao crédito — que somente excepcionalmente é um crédito fundiário — porque há justamente a exigência de uma garantia hipotecária. As diferenças entre os produtores e as regiões estudadas exprimem-se portanto, antes de tudo, pelo nível do acesso diferenciado à propriedade da terra.

A dimensão das explorações

Em Leme e em Ijuí, as explorações com 20 a 50 hectares são majoritárias, enquanto na Paraíba predominam explorações menores, com menos de 20 hectares (ver Tabela 1).

O grau de suficiência (ou insuficiência) da terra disponível está evidentemente associado de modo direto às suas potencialidades naturais, necessárias à realização das atividades produtivas às quais se destina. Sendo assim, no Cariri, onde a questão da terra se coloca com mais gravidade, até mesmo as explorações com mais de 100 hectares (16%) nem sempre têm meios de sobrepujar os obstáculos peculiares à região semi-árida.

Em Ijuí, a soja — cultura principal — impõe uma dimensão mínima estimada em 40 hectares, para ser técnica e economicamente viável. Desse ponto de vista, a exigüidade da terra cria problemas para, no mínimo, 62% dos produtores, cujas superfícies se situam abaixo desse limite. Em Leme, nenhuma exploração conta com menos de 10 hectares; para esta região, e no contexto da produção de algodão, uma exploração com mais de 500 hectares já apresenta certos traços de um empreendimento agrícola e não se constitui tão claramente uma unidade familiar.

Os modos de exploração

Nas três regiões estudadas, a exploração pelo proprietário predomina amplamente. Com efeito, 98% dos produtores entrevista-

dos em Leme, 95% em Ijuí e 74% no Cariri são proprietários de, ao menos, uma parte das terras que exploram, seja a título individual, seja sob a forma de associação familiar ou pela combinação de ambas as situações.

A prática de associação entre membros da mesma família é bastante freqüente, mas reveste-se geralmente de um caráter informal (arranjos internos não registrados em cartório). Esse é o caso também em Ijuí, onde a associação familiar foi declarada por 43% das explorações analisadas.¹⁸

É necessário insistir no fato de que tanto o arrendamento quanto a parceria são estatutos precários (de curta duração, condições legais raramente aplicadas e com poucas garantias), que não podem ser comparados em nada com as condições que os arrendatários e parceiros têm em outros países. Na Paraíba, o arrendamento, a parceria e a “morada” constituem formas complementares de acesso à terra para 15% de nossos entrevistados, que combinam a exploração em propriedade e a exploração em arrendamento ou parceria. Por outro lado, a maioria dos produtores combina as várias formas de arrendamento e parceria: 44% dos produtores que recorreram à exploração em arrendamento ou parceria tiveram de acumular pequenas parcelas de terras vizinhas. Como seria de se esperar, é entre as menores explorações que a combinação dos modos de exploração é mais intensa. Essa estratégia, portanto, constitui o último recurso diante da falta de terras; quanto mais o porte da exploração aumenta, mais o modo associado de exploração torna-se raro. Não se pode deixar de admitir que este modo de exploração é, para os “pequenos”, uma estratégia preciosa.¹⁹

As terras “sem estatuto” não se encontram senão no Cariri; trata-se essencialmente de parcelas colocadas à disposição do “morador” pelo proprietário, sem obrigação de pagamento.²⁰

Em Leme, o arrendamento e a parceria dizem respeito, em geral, a uma pequena parte da exploração. Significam, antes de tudo, um meio de ampliar a superfície total. A meação, mais do que o arrendamento, tem sido, desde os anos 40, uma estratégia utilizada em larga escala pelos produtores para a constituição progressiva de seu patrimônio fundiário. Atualmente, os exploradores recorrem mais

ao arrendamento (24%) do que à parceria (18%) e o fazem geralmente com objetivos bem precisos: a obtenção de uma parcela de terra melhor adaptada a um produto específico que desejam plantar, para a instalação de um filho ou ainda pela oportunidade de cultivar uma área contígua à sua exploração. A margem de independência do produtor é, portanto, bem maior do que a do nordestino.

Em Ijuí, o arrendamento é pouco freqüente. A taxa em vigor na região corresponde a cerca de 30% do total da produção, considerada bastante elevada pelos pequenos produtores que são os que mais recorrem a este tipo de contrato para atender à área mínima exigida para a cultura da soja. Os contratos de parceria são muito freqüentes na região (30% dos exploradores entrevistados). Diversos depoimentos colhidos indicam que esses contratos são geralmente realizados entre parentes e que os valores pagos são inferiores aos estabelecidos pelos contratos de arrendamento. Isso nos permite supor que, no caso específico, o contrato “aproxima-se mais de uma associação familiar que visa manter a indivisão das explorações e conservar a viabilidade de uma agricultura comercial fundada sobre o trigo e a soja”.²¹

O acesso à propriedade fundiária

As duas modalidades mais usuais para o acesso à propriedade são a herança (do pai ou do sogro) e a compra (da família ou de outras pessoas), modalidades que geralmente são combinadas em uma mesma exploração.

No Cariri, apenas 28% dos proprietários obtiveram suas terras por herança. A compra é igualmente restrita: somente 8% dos produtores interrogados compraram terras de parentes e 25%, de outras pessoas.

Em Leme, muitas vezes foi o atual chefe de família quem deu início à constituição do patrimônio fundiário familiar. Seus pais ou sogros, que trabalhavam na agricultura como colonos ou parceiros, não lhe deixaram herança. Os que herdaram uma primeira parcela pouco a pouco conseguiram ampliar seu patrimônio, através de várias compras sucessivas de pequenos terrenos de parentes, mas, sobretudo, de pessoas alheias à família. As vendas de terras portan-

to sempre fizeram parte dessas transações, o que não significa necessariamente uma parte efetiva da área disponível. A intensidade desse processo de ampliação fundiária tem sido consideravelmente reduzida no decorrer dos últimos anos. O mercado da terra na região foi profundamente afetado pela política de implantação das usinas de açúcar locais que estenderam suas culturas sob a impulsão do Estado que incentiva a produção do álcool combustível. O preço da terra bem como das taxas de arrendamento tornam-se exorbitantes para a maioria dos produtores de algodão.

Em Ijuí, a propriedade familiar é mais antiga e o acesso à terra é freqüentemente assegurado por um mecanismo inerente à agricultura familiar: a transmissão no decorrer das gerações. Com efeito, os antecessores dos atuais chefes de família eram também herdeiros que puderam aumentar, algumas vezes até duplicar, a herança recebida dos pais. Por isso, é em Ijuí que encontramos a maior proporção de produtores que recebeu uma parcela em herança (70%). A maior parte deles (49%) aumentou seu patrimônio e 17% possuem hoje uma superfície inferior à que receberam de seu antecessor. Os dados indicam que os mais antigos produtores — os que herdaram há mais ou menos 15 anos — puderam aumentar seu patrimônio fundiário, graças a uma conjuntura favorável. Durante os últimos anos, o número de transações fundiárias diminuiu assim como a superfície das parcelas adquiridas: 82% dos entrevistados não puderam comprar terras na região em virtude de preços muito elevados.

Sucessão e mecanismo de transmissão do patrimônio

No Brasil, colocam-se duas questões a propósito da transmissão do patrimônio. A primeira consiste em determinar quem, entre os numerosos herdeiros, assumirá a sucessão do patrimônio familiar; a segunda refere-se aos mecanismos de transmissão das explorações de uma geração à outra.

A grande maioria dos agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor; os que ainda não o designaram têm possibilidades de fazê-lo, no momento oportuno, entre seus herdeiros.²² O modo predominante de transmissão de heranças consiste no reconhecimento do direito de todos os herdeiros e na realização de uma partilha

igualitária de bens. Contudo, no Brasil não existe um mecanismo legal que permita a transferência progressiva da propriedade do pai, enquanto vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade progressiva da gestão da exploração familiar, como se verifica no Canadá e na França. Nessas condições, o princípio de igualdade declarado pelos produtores traduz-se, na prática, por uma série de arranjos que visam contornar os problemas concretos resultantes da dimensão da família e com vistas à reprodução da exploração.

No Cariri, a reprodução familiar das menores explorações é dificilmente realizada sem um recurso a estratégias tais como a cooperação mútua (ou, às vezes, um sistema de indivisão do patrimônio familiar) ou a pluriatividade, quando as circunstâncias permitirem, melhorando dessa forma um rendimento que se situa, muitas vezes, nos limites da subsistência.

Em Leme, ainda que o direito à herança seja reconhecido para todos os filhos, apenas os filhos homens poderão assumir a direção da exploração. Na realidade, a transmissão não-igualitária pressupõe freqüentemente uma compensação para os filhos que não herdam o patrimônio, que em geral são as mulheres. Em determinados casos, introduz-se uma distinção entre o patrimônio familiar — dividido entre todos os herdeiros — e algumas parcelas adquiridas diretamente em nome dos filhos homens que trabalham na exploração e que, por isso, não entrarão na partilha. Tal procedimento tem-se constituído no mecanismo informal, através do qual esses filhos adquirem ou reforçam sua própria autonomia profissional, integrando-se desse modo na sociedade familiar não como simples auxiliares do pai, mas como proprietários de sua própria terra.

Em Ijuí, para evitar um esfacelamento excessivo do patrimônio, alguns produtores buscam concentrar a herança nas mãos de um único herdeiro, compensando mais ou menos os excluídos. Em Leme e sobretudo em Ijuí, a porcentagem dos atuais chefes de família que tiveram de comprar as partes de seus co-herdeiros é significativa (respectivamente 36% e 47%).

A importância da propriedade jurídica da terra

As reações dos produtores confirmam a importância de que se reveste para eles a propriedade da terra: ela é considerada como necessária à própria sobrevivência da unidade familiar de produção.²³ A compra de terra parece-lhes o principal meio de estender a exploração e, se dispusessem de economias, empregariam-nas em primeiro lugar na aquisição de terras. A “fome de terra”, utilizando a expressão de Oleg Stanek,²⁴ pode melhor ser percebida ao considerarmos a superfície que os agricultores julgam ideal para sua exploração. A grande maioria dos produtores do Rio Grande do Sul (57%) e de São Paulo (66%) almeja possuir uma superfície correspondente a pelo menos o dobro da disponível atualmente. No Cariri, a maioria (52,5%) indica uma superfície igual ou até inferior à exploração atual. Todavia, não há engano nisso: seu ponto de comparação é o da superfície cultivada e não o da totalidade de superfície útil da sua exploração.²⁵ Os produtores do Nordeste e do Sul são os mais propensos a acreditar que chegarão a atingir essa superfície ideal, enquanto os de São Paulo dividem-se entre os que têm esperanças e os que não acreditam poder obtê-la.

Não se venderia a terra nem para mudar de profissão nem para buscar recursos em outros setores de atividades. No entanto, a grande maioria dos agricultores entrevistados (cerca de 70% nas três regiões) não hesitaria em aceitar outra exploração em região diferente, caso fosse mais importante ou oferecesse melhores condições de exploração. Do mesmo modo, os agricultores aceitariam vender sua terra para adquirir outra maior ou de melhor qualidade.

O vínculo do agricultor brasileiro com “sua” terra é recente se, por exemplo, comparamo-lo aos vínculos seculares dos agricultores europeus. Entretanto, segundo muitos testemunhos anotados durante a enquete, além de sua significação “real” de patrimônio e de meio de produção, a terra reveste-se, aqui também, de significantes com caráter mais simbólico. Se não houvesse a terra ancestral, a primeira parcela, a primeira casa, o primeiro trator ou mesmo o primeiro animal comprado pela família, haveria, de certa maneira, o símbolo dos primeiros tempos, geralmente os mais difíceis, da instalação da família.

De fato, as respostas obtidas revelam a prática dos agricultores. Os de São Paulo são, sob todas as formas, privilegiados, porque obtiveram êxito em constituir seu patrimônio fundiário, muitas vezes permutando as primeiras parcelas por outras maiores e de melhor qualidade em sua própria região de origem, que se constituiu em uma das mais valorizadas do país. Os do Rio Grande do Sul, antes de terem ido buscar terras nas zonas de colonização no Centro-Oeste e no Norte do país, organizaram-se para reivindicar a terra em sua própria região. Os produtores da Paraíba, por sua vez, estão habituados, como todos os nordestinos, a ir em busca de terras maiores e de melhor qualidade em outras regiões ou, às vezes, simplesmente ir em busca de uma terra qualquer.

A produção familiar e as estratégias produtivas

O sistema de produção dos agricultores brasileiros varia de uma região para outra e mesmo na mesma região. Nos três terrenos encontramos diferentes combinações quanto ao uso da terra, aos meios de produção e à força de trabalho, confirmando a diversidade das lógicas produtivas da exploração familiar no Brasil (ver em anexo).

A diversidade das lógicas produtivas

No Cariri, como vimos, onde a estrutura fundiária é profundamente desigual, o sistema de produção tradicional é ainda predominante. Trata-se, salientamos, da combinação de uma criação de gado semi-extensiva e de uma policultura de subsistência. A produção animal compreende diferentes criações, principalmente de cabras, de carneiros e de bois, sendo que estas últimas são encontradas com mais frequência nas grandes explorações do que nas pequenas. As produções animais são destinadas ao mercado se atingem alguma expressão e servem geralmente, no caso dos pequenos produtores, seja para cobrir as despesas semanais (graças à venda do excedente do leite, do queijo, dos ovos, dos pequenos animais de viveiro), seja para fazer face a despesas ocasionais mais significativas (sacrifica-se então um animal escolhido em função da despesa prevista). As técnicas de criação de gado utilizadas são rudi-

mentares e a relação animal/superfície reduz-se em média a um animal para 5 hectares de pasto. As pastagens geralmente são naturais: trata-se da *caatinga*, já mencionada, que ocupa 83% da superfície agrícola útil, enquanto as pradarias e as culturas forrageiras juntas não ocupam mais do que 3%.

As produções vegetais são praticadas durante o período de chuvas e seu sucesso depende ao mesmo tempo de condições climáticas favoráveis e de estratégias minuciosas, diversificando a utilização dos espaços em função do relevo, da qualidade dos solos e de suas capacidades de drenagem ou retenção de umidade. A produção vegetal diversificada é destinada ao autoconsumo familiar (milho e cenoura associados na mesma proporção com legumes em geral) ou à alimentação dos animais (milho e culturas forrageiras).²⁶ Somente o excedente, quando não pode ser conservado, é vendido. A única cultura comercial importante — o algodão — praticamente desapareceu em consequência da infestação do “bicudo” (*Anthonomus grandis*) nos campos, em 1983. Apenas 12 produtores de nossa amostragem (20%) ainda se dedicavam a esse produto à época da enquete e, depois disso, este número caiu ainda mais.

Tanto para a agricultura quanto para a pecuária, as técnicas de produção são rudimentares. Uma parte das culturas utiliza adubos orgânicos e raramente produtos químicos. Nenhum produtor entrevistado possuía trator.

Ao lado desse sistema tradicional, praticado por 41 produtores de nossa amostragem, verifica-se uma certa modernização das explorações familiares ligadas ao sistema irrigado. Essa técnica de produção é praticada por 20 produtores de nossa amostragem (33%): 15 produtores de alho, em Ribeira (Cabaceiras), representativos da iniciativa privada organizada, e 5 exploradores do perímetro irrigado de Sumé, amplamente favorecidos por uma iniciativa do Estado.

Este sistema de agricultura intensiva, praticado durante a época da seca e, por isso, associável (e associado) às culturas de subsistência tradicionais realizadas durante a época das chuvas, caracteriza-se (contrariamente ao sistema tradicional) pelo emprego intensivo de insumos químicos e de equipamentos mecânicos (que,

aliás, não são empregados nas culturas de subsistência praticadas pelos mesmos produtores) e pela utilização intensiva da força de trabalho.²⁷ Como resultado os rendimentos são elevados. O porte das explorações no sistema irrigado, assim como o modo de exploração, é extremamente variado; encontram-se todos os tipos de proprietários bem como produtores sem terra que recorrem ao arrendamento ou à parceria. Qualquer que seja a dimensão da exploração, a superfície irrigada é sempre reduzida. A maioria dos que têm irrigação cultiva igualmente, como dissemos, uma pequena produção de substância vegetal e cria animais para consumo próprio; a produção animal, todavia, limita-se à de viveiro ou a algumas cabras. Com efeito, o gado bovino que ocupa bastante mão-de-obra na preparação de rações alimentares para a época da seca, é incompatível com o trabalho exigido pela produção irrigada.

A produção para o autoconsumo constitui uma estratégia fundamental nesses dois sistemas de produção do Cariri. As necessidades alimentares familiares são asseguradas em 80% pela produção de frangos, de ovos, de leite e de peixes e entre 60% e 80% pelo milho (consumido sob diversas formas), pela cenoura, pela carne (porco, carneiro e cabra), pelo queijo, pelas frutas e doces de frutas. Isso não significa que todas as necessidades sejam cobertas; em numerosos casos, o nível de consumo é muito baixo e seria mais elevado se a produção para o autoconsumo fosse mais importante.

O Cariri e o Sul do país são duas das regiões escolhidas pela enquete exemplares para mostrar a produção familiar modernizada, integrada aos complexos agroindustriais. Nesses terrenos, a produção agrícola é realizada em condições agronômicas e estruturais mais propícias. Não obstante, os produtores estão também submetidos às intempéries climáticas e enfrentam problemas de erosão e de esgotamento do solo que, em certos casos, podem provocar a perda de uma parte considerável da produção.

A produção das culturas agroindustriais é altamente especializada. O algodão, produção dominante em Leme, é a principal fonte de renda dos agricultores. A superfície ocupada por esse produto corresponde a mais da metade da superfície total utilizada. Em Ijuí, todos os 47 entrevistados produzem soja, que ocupa cerca de 63% de suas terras. Dentre eles, 35 cultivam tanto a soja (mais) co-

mo o trigo (durante o inverno nas mesmas terras onde cultivaram a soja). Diríamos, de modo geral, que nessa região há três lógicas produtivas distintas de culturas agroindustriais: a especialização em torno de um único produto comercializado, a semi-especialização (combinação do produto principal com um ou dois outros produtos comercializados) e a diversificação (produção de quatro ou mais produtos comercializados). Nessa perspectiva, constata-se que em Leme a lógica é essencialmente semi-especializada e, em Ijuí, muito mais diversificada. O nível de diversificação dos produtores nestas duas regiões é em parte determinado (ou tornado possível) pelo porte das explorações. Entre os produtores que dispõem de áreas inferiores a 40 hectares, a especialização ou a semi-especialização é mais significativa, enquanto a diversificação predomina entre os que possuem superfícies superiores a 40 hectares. Na realidade, ainda que a diversificação seja uma prática desejável para os pequenos produtores, a fim de evitar os riscos relacionados à dependência de uma única fonte de recursos, eles diversificam o que podem e não necessariamente o que querem. Nesse sentido, os maiores produtores gozam de condições mais favoráveis do que os menores para a diversificação de suas atividades: possuem mais terra, mais equipamentos e capital. Assim, dispõem de uma superfície suficiente para produzir, além da cultura principal, uma outra cultura comercializável; do mesmo modo, podem investir em instalações e rações alimentares compradas para uma produção animal e dispor de uma criação de gado mais significativa.

Os exploradores familiares de Ijuí, que produzem soja e trigo como culturas principais, conservam uma parte substancial da produção para o autoconsumo e tentam ampliar o leque de suas produções mercantis. Entre esses agricultores, não se encontrou um único sequer especializado em um único produto: 14 são semi-especializados e 33 são diversificados. Além da soja e do trigo, existe uma enorme gama de outras produções comercializadas que são menos significativas: sementes selecionadas, milho, arroz, cenoura, cana-de-açúcar, frutas, cevada, aveia, centeio e colza. Quanto aos produtos animais, verifica-se uma expressiva comercialização de bovinos para abate, do leite, de porcos, de ovos, de frangos, de

peixes, de lã e de couro. A maioria dos agricultores de Ijuí vende sua produção animal e vegetal por intermédio da cooperativa local — a Cotrijuí — integrada ao complexo agroindustrial da soja.

A produção destinada ao autoconsumo familiar é a mais elevada da amostragem brasileira. Produzem em média mais de 90% de suas necessidades em pão, gordura animal, leite, carne de porco, frangos, ovos, doces e conservas e entre 80% e 90% de seu consumo em batatas, mandiocas e batatas-doces, legumes frescos e secos, frutas, carne bovina e queijo. Do mesmo modo, produz-se quase tudo o que é necessário para a alimentação de seus animais.

A grande maioria dos exploradores familiares pratica associações de culturas, sejam várias produções no mesmo terreno e no mesmo ano (94%), sejam duas ou mais produções ao mesmo tempo, no mesmo terreno (72%). Essa intensificação da terra significa que determinadas técnicas de preservação do solo, como o pousio por exemplo, são pouco praticadas; em nossa amostragem de Ijuí, apenas 17 produtores fazem o pousio da terra. A utilização de insumos modernos é expressiva: 89% dos entrevistados utilizam sementes selecionadas; 63%, adubos químicos, ainda que apenas 32% recorram regularmente aos defensivos químicos. Dos entrevistados, 28% apelam às técnicas de luta biológica (Baculovirus) contra a lagarta da soja. Todos utilizam equipamentos mecânicos, embora nem sempre sejam donos das máquinas; 30% dos produtores, na maioria pequenos, não possuem trator e 68% não têm colheitadeira. Entre os que possuem um trator, a capacidade média disponível é de 2,9 HP/hectare de superfície agrícola útil. Para as colheitadeiras, a relação é de 1,9 HP.

A utilização de técnicas modernas não é tão generalizada para a produção animal; é mais freqüente em Ijuí: 66% dos produtores utilizam alimentos concentrados e 42,5%, a inseminação artificial. A produtividade do leite (4,4 litros/dia) é, em média, o dobro da de Leme.

No caso de Leme, os produtores de algodão acrescentam a essa cultura dominante um ou dois produtos complementares. Entre os entrevistados, 15 produtores são especializados na cultura do algodão, 21 são semi-especializados e 14 são diversificados. Entre-

tanto, em razão da infestação do “bicudo” nos campos de algodão e também em conseqüência das políticas agrícolas recentes, tal cultura tem conhecido uma violenta recessão nos últimos anos, tanto em número de produtores quanto em superfície. Isso estimulou a diversificação das culturas. Entre as produções alternativas comercializadas, é necessário salientar a do milho, do arroz, do trigo, da cenoura e da cana-de-açúcar. Seria um erro minimizar essas produções alternativas, contudo é preciso destacar que tais superfícies representam não mais que dois terços da superfície em algodão. Assim, apesar de uma relativa diversificação, a cultura do algodão ainda predomina hoje.

A produção animal destinada à comercialização é relativamente insignificante; tem-se a destacar a venda de carne bovina, de leite e de porcos.

Todos os produtores de algodão comercializam seus produtos diretamente com a usina de transformação; o mesmo ocorre para a metade dos produtores de cana-de-açúcar, de arroz e de trigo.

Em geral, além das produções comercializadas, há também culturas destinadas ao autoconsumo. Os exploradores produzem, em média, mais de 80% de suas necessidades alimentares em arroz e carne de porco e entre 60% e 80% de suas provisões de frangos, ovos, frutas, cenouras, legumes secos e frescos e leite. Mas, ao contrário de Ijuí, alguns produtores que criam bovinos ou suínos plantam mais milho e dependem bem mais do mercado para a alimentação de seus animais.

Em Leme, a associação de culturas (ao mesmo tempo, no mesmo terreno) é menos freqüente; é praticada por apenas 12% dos agricultores, mas a proporção é bem maior (62%) para os que realizam plantios no mesmo terreno, mas em estações diferentes. Nenhum produtor de algodão pratica o pousio e mais de 90% utilizam sementes selecionadas e adubos. Todos os agricultores possuem equipamento mecânico e seguem as normas técnicas indicadas pelos serviços especializados. Contudo, a mecanização é parcial: a colheita do algodão continua a ser feita manualmente. Além disso, todos os entrevistados possuem um trator e a maioria (62%), mais de um.

Somente quatro produtores da amostragem têm colheitadeiras. A capacidade média disponível de trator por hectare de superfície agrícola útil é de 3,2 HP.

A organização do trabalho

Em Leme, em Ijuí e no Cariri, o trabalho está intimamente associado à família. Os exploradores familiares dessas regiões são, entretanto, bastante diferentes, tanto no nível da divisão familiar do trabalho quanto da divisão social entre o trabalho familiar e o trabalho assalariado.

No Cariri, o trabalho varia segundo o tipo de produção. Para os produtores do sistema tradicional, durante a estação de chuvas, o trabalho cotidiano resume-se às produções vegetais, ao tratamento das vacas, aos cuidados dispensados aos animais mais novos e aos de viveiros. Durante a estação das secas e no início das chuvas, quando a falta de forragem natural determina a utilização de ração para os animais, o trabalho mais pesado recai na preparação desse alimento: corte da forragem, transporte, picamento, distribuição e outras tantas atividades que dispendem um tempo considerável se o produtor (como é o caso da maioria) não tiver máquinas disponíveis. No sistema irrigado, na maior parte dos casos, o trabalho divide-se entre uma atividade intensa nas culturas irrigadas durante a estação seca (aplicações repetidas de insumos químicos, capina, manipulação diária dos equipamentos de irrigação) e nas culturas vegetais tradicionais durante a estação das chuvas.

A participação dos membros da família é proporcional à quantidade de atividades que dependem de trabalho manual. As mulheres participam tanto quanto os homens e sua presença é particularmente notável no sistema irrigado. Não obstante, a atividade masculina predomina, principalmente em relação aos cuidados dispensados aos animais e às vendas. Por outro lado, o trabalho das mulheres é mais significativo no que se refere à horta e à granja, assim como a determinado número de atividades de transformação ligadas ao preparo de alimentos, tais como a moagem de milho e a feitura de queijos. Elas assumem, praticamente sem ajuda masculina, todos os trabalhos domésticos e a educação dos filhos.

O auxílio mútuo é uma prática comum entre os produtores do Cariri. O emprego de assalariados varia de acordo com o sistema de produção. No conjunto, 63% dos entrevistados contratam, com maior ou menor frequência, mão-de-obra assalariada: 26% empregam assalariados fixos e 52,5% empregam temporários, na maioria para as culturas irrigadas. Entre os que contratam serviços temporários, a média é de 83 dias por ano para o sistema tradicional e de 250 dias por ano para as culturas irrigadas. Nesse último caso, os trabalhadores são freqüentemente recrutados quando a mão-de-obra familiar é insuficiente; trata-se muitas vezes de parentes que não moram em casa, cuja maior parte é composta de crianças e adolescentes, que recebem como remuneração uma participação na colheita.

No sistema tradicional, o emprego de assalariados fixos é utilizado em função do "ciclo de vida" da família, quando os filhos — futura mão-de-obra — são ainda muito pequenos ou os pais muito velhos ou doentes. Isso indica de fato o caráter não-capitalista desses empregos, o que parece ser reforçado pelo tipo de relacionamento que se observa entre "patrões" e "empregados". Estes últimos (mesmo que não sejam da família) sentam-se à mesa familiar às refeições e são servidos pela própria dona da casa, que somente senta-se para comer quando todos já terminaram. Chamamos a atenção para o fato de que a mão-de-obra rural assalariada é de baixa remuneração na região, o que explica seu emprego pelos produtores que, também eles, têm poucos recursos.

Em Leme, o trabalho familiar organiza-se em torno do algodão. Graças à mecanização adotada por todos os entrevistados, não há grande necessidade de trabalho manual. Os trabalhos mecanizados são executados por membros da família e, em certos casos, complementados por parceiros ou empregados fixos. Na ocasião da colheita que, como vimos, permanece um trabalho manual, a família torna-se insuficiente e por isso precisa recorrer aos temporários.

Na divisão do trabalho familiar, os homens (pai, filhos e genros) assumem praticamente as tarefas mecanizadas. A venda e a contabilidade são, na maior parte dos casos, a única responsabilidade do chefe de exploração. As mulheres (esposa, filhas e noras) só par-

participam da capina e da colheita, quando essas atividades são feitas manualmente. Assumem, ao mesmo tempo, quase sem a ajuda masculina, todas as tarefas domésticas.

A fraca participação das mulheres (especialmente as esposas) nas atividades produtivas decorre tanto da mecanização da cultura do algodão e do emprego de insumos químicos, que reduziu consideravelmente parte das atividades manuais, como da fraca produção animal desses exploradores. Além disso, é preciso não esquecer a importância do lugar de moradia; com efeito, a maioria das famílias reside na cidade, o que limita o campo, no contexto de uma produção tipicamente camponesa, ao que habitualmente seria o espaço "doméstico", assumido em geral pelas mulheres: a casa e tudo o que gira em torno dela como a horta, o tratamento e os cuidados dispensados aos pequenos animais.

Doze exploradores, cujas propriedades estão divididas em várias parcelas, engajam também parceiros. Esses parceiros assumem o trabalho nos terrenos mais distantes, onde, com frequência, residem como se representassem a família proprietária. Além disso, participam, junto com os membros da família proprietária, da colheita e do controle dos temporários.

Todos os produtores contratam trabalhadores temporários para a colheita do algodão. O número desses empregados sazonais e o total de dias de trabalho são consideráveis. A colheita manual dura cerca de 75 dias e pode incluir de 3 a 100 temporários, dependendo da exploração; com maior frequência esse número varia entre 6 e 20 trabalhadores.

Em Ijuí, o emprego de assalariados é pouco significativo. A maioria dos entrevistados da região (60%) havia recorrido ao trabalho temporário principalmente para as atividades manuais de capina e colheita, o que representa poucos dias; apenas 6 utilizam assalariados entre 90 e 300 dias por ano; para os outros, a média de emprego é de 27 dias por ano. Além disso, 17 agricultores limitam-se ao trabalho dos membros da família e não empregam um único assalariado. Outros 6 produtores, cuja superfície de exploração é superior a 40 hectares, mantêm, além de trabalhadores temporários, empregados fixos.

As mulheres participam muito mais do que em Leme dos trabalhos da exploração. A participação dos homens predomina, no entanto, nas atividades mecanizadas de preparação do solo, capina e colheitas e na comercialização dos produtos. A participação das mulheres é mais significativa nas tarefas manuais (preparação do solo, capina e colheita) e nos cuidados dos animais. Seu trabalho é também predominante nas atividades relativas à horta e ao viveiro de animais, geralmente considerados como parte extensiva do trabalho doméstico, e nas atividades anexas que incluem principalmente a transformação artesanal da produção. Contudo, a participação das mulheres realiza-se ainda em outras ocasiões. Como a produção é diversificada e como os homens devem deslocar-se ao longo do ano frequentemente para se dedicar às vendas, são as mulheres quem os substituem. Além disso, elas contribuem muitas vezes nas decisões que dizem respeito à gestão da exploração.

Pratica-se também com bastante regularidade o auxílio mútuo entre parentes e vizinhos (64% dos entrevistados). Graças a ele, os produtores evitam gastar dinheiro com pagamento de salários.

No conjunto, a mecanização (que afeta especialmente as culturas de soja e de trigo) reduziu o peso das atividades manuais. Todavia, nos casos em que os produtores não possuem trator ou colheitadeira, recorre-se simultaneamente à locação de máquinas e à contratação de seus operadores. Sendo assim, mais da metade dos produtores aluga equipamentos e contrata serviços particulares.

Os resultados da produção mercantil

Os dados coletados referentes aos resultados financeiros da produção comercializada devem ser analisados com bastante prudência. Na maioria dos casos, os produtores não têm a contabilidade por escrito de suas despesas e receitas. É preciso igualmente levar em conta que, nesses cálculos, os produtores provavelmente não incluem os valores dos produtos consumidos na exploração, tampouco a depreciação das máquinas, as despesas com construções de dependências e com aquisição de equipamentos ou a remuneração dos trabalhadores familiares.

No Cariri, onde predomina a estratégia da produção de subsistência, observamos que 80% dos produtores declaram rendimentos inferiores a um salário mínimo. Há pouca variação entre os produtores que praticam sistemas de produção diferentes, ao se analisar a receita por exploração individual, pois a maioria dos que irrigam dispõe de áreas bem inferiores às de outros produtores do Cariri. Entretanto, a maioria dos pequenos produtores não forneceu dados completos acerca dos rendimentos; é difícil ir mais longe na análise. Destacamos que o rendimento médio por hectare de superfície agrícola útil é bem inferior a um salário mínimo, e lembramos que, todavia, trata-se de produtores (à exceção dos que irrigam e de pequeno número dos que têm um pouco mais de rebanho) que retiram diretamente a própria subsistência de suas produções e funcionam em um sistema econômico relativamente pouco monetarizado.

Os produtores de Leme são os que, no conjunto, têm obtido melhores resultados financeiros. Seus rendimentos líquidos têm sido, em todos os casos, superiores a um salário mínimo, mas em média bem superiores: 40% dos entrevistados estão na faixa de 1 a 15 salários mínimos; 44%, entre 15 e 40 salários; e 12% indicam valores superiores a 100 salários mínimos. O rendimento médio obtido em espécies por hectare de superfície agrícola útil está situado entre um terço e dois terços de um salário mínimo.

Em Ijuí, os rendimentos líquidos para 32% dos produtores foram inferiores a um salário mínimo, mas 62% obtiveram rendimentos entre 1 e 6 salários mínimos e apenas 5%, rendimentos superiores a esses valores. O rendimento médio por hectare de superfície agrícola útil corresponde aproximadamente a 10% de um salário mínimo, dos quais cerca de um sexto dos rendimentos foi obtido pelos agricultores de Leme.

O trabalho externo nas famílias

O Cariri é a região onde a pluriatividade surge com maior frequência: 27 chefes de exploração, 9 cônjuges e 28 filhos que dividem um mesmo teto com suas famílias exercem uma atividade externa remunerada. Além disso, 14 chefes de exploração, 5 cônju-

ges, 2 filhos e 2 outros membros da família declaram ter uma receita externa não proveniente de trabalho assalariado; em alguns casos, trata-se de aposentarias. Em geral, os rendimentos são bastante baixos, não ultrapassando em nenhum caso dois salários mínimos. Entretanto, tais rendimentos constituem uma estratégia para a complementação da receita que é de longe, como vimos, a mais baixa das três regiões.

Em Leme, o trabalho externo dos membros da família é pouco significativo. Apenas 11 explorações têm um membro da família que, vivendo sob o mesmo teto, exerce uma atividade externa; em geral, essa pessoa não trabalha na exploração familiar e não pode ser considerada como um trabalhador com dupla jornada. A receita agrícola da exploração permanece a principal fonte de renda familiar, ainda que, em certos casos, as entradas em dinheiro provenientes de atividades externas possam ser superiores ao rendimento da exploração agrícola.

Em Ijuí, o trabalho externo é mais freqüente do que em Leme. Se levarmos em consideração a locação de máquinas a terceiros, efetuada por 13 explorações, 26 explorações têm uma atividade externa; a maioria delas recebe uma remuneração igual ou superior a um salário mínimo: trata-se portanto também de assalariados. A atividade externa com contrato de trabalho é mais freqüente nas pequenas explorações, mas encontramos-la também nas maiores; o rendimento obtido dessa forma (com exceção de 4 casos localizados em pequenas explorações com menos de 20 hectares) não chega a ultrapassar a receita da exploração.

As estratégias familiares

Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração. Poder-se-ia dizer, simplificando, que o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos numerosos "herdeiros", um lugar de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável.

Examinamos antes como são praticadas a transmissão do patrimônio e a introdução dos filhos no mundo do trabalho e na sucessão da exploração. Tentaremos entender agora quais as possibilidades reais de reprodução da exploração (princípios que regem a orientação profissional dos filhos e as diferentes formas de que a coesão familiar se reveste). Porém, antes de tudo, vamos precisar um pouco mais os tipos de família encontrados nas regiões estudadas.

A estrutura familiar

As famílias brasileiras estão entre as mais numerosas de todas as regiões que foram objeto de pesquisa nos cinco países; a metade dos produtores entrevistados tem ao menos quatro filhos; há até mesmo muitos que têm seis filhos ou mais (25%). Isso resulta em grupos domésticos²⁸ expressivos: 56% das famílias têm de três a cinco membros e quase um terço (32%) mais de cinco. Todavia, há grandes diferenças entre os três terrenos.

No Cariri, o grupo doméstico compreende freqüentemente várias gerações e mesmo parentes colaterais com os respectivos cônjuges e filhos, constituindo assim a base de uma estrutura comunitária complexa. É no Cariri que encontramos as famílias mais numerosas e o maior número de grandes famílias: 43% delas têm ao menos seis filhos e mais da metade dos grupos domésticos (51%) conta com, no mínimo, seis pessoas.

Em Leme, a estrutura familiar é a mais homogênea e o grupo familiar mais reduzido: 52% das famílias têm dois ou três filhos e 74% dos grupos domésticos são constituídos de três a cinco pessoas.

Em Ijuí, por outro lado, a estrutura familiar é mais diversificada. Um terço das famílias tem dois ou três filhos, mas uma porcentagem mais significativa ainda (40%) tem quatro ou mais. Cerca de 60% das famílias enfocadas têm de três a cinco pessoas e aproximadamente um terço tem pelo menos seis. Em 17% das explorações visitadas, três gerações habitam a mesma casa.

Em Leme e em Ijuí, o porte das famílias é bastante próximo ao da estrutura familiar considerada ideal pelos produtores, enquanto na Paraíba, o ideal (dois ou três filhos para 52,5% dos produtores) está longe de corresponder à realidade.

O futuro dos filhos

Uma das principais preocupações dos agricultores entrevistados diz respeito ao futuro dos filhos. O desejo de lhes garantir uma estabilidade profissional surge sempre como um dos principais objetivos. Seria o primeiro motivo pelo qual utilizariam suas eventuais economias, efetuariam transformações na exploração ou, se necessário, venderiam uma parte da propriedade.

Entretanto, como esse futuro é efetivamente percebido e construído?²⁹ A análise das estratégias familiares revela-nos duas evidências: em sua grande maioria os filhos permanecem no setor agrícola e até mesmo, freqüentemente, na própria exploração. Não obstante, as expectativas são diferenciadas em relação às filhas e aos filhos. Enquanto os últimos são considerados futuros agricultores, as filhas são vistas como futuras donas de casa. Isso corresponde a uma divisão sexual das tarefas no nível das três regiões onde, com efeito, 54% dos filhos homens são declarados agricultores ao passo que poucas filhas são designadas por agricultoras (18% apenas), salvo em Ijuí (como falaremos mais adiante). No conjunto, são os filhos homens que mais exercem atividades profissionais fora da agricultura. Uma vez saídos do setor agrícola, tornam-se operários ou empregados, enquanto as filhas se empregam no setor público ou em instituições. Outras profissões são pouco representativas.

As diferenças entre as três regiões recaem sobre a intensidade desse fenômeno. No entanto, tais diferenças refletem o grau de dinamismo da agricultura local e do mercado regional do trabalho.

No Cariri, temos famílias nas quais quatro, cinco e até sete filhos trabalham na agricultura, o que corresponde certamente a uma "pressão" provocada pela dimensão das famílias; como já salientamos, essas famílias são numerosas e os grupos domésticos extensos. Entretanto, no conjunto das profissões exercidas pelos filhos dos chefes de família entrevistados, os que se encontram no setor agrícola não somam mais do que 45,5%. Essa porcentagem demonstra com efeito as dificuldades estruturais da agricultura local; como também já destacamos, a dimensão muito reduzida da maioria das explorações familiares não permite que todos os filhos que desejassem se estabelecer ali possam fazê-lo. Por outro lado, a insu-

ficiência de seus rendimentos, aliada a uma regulamentação desfavorável, não lhes permite ter acesso a outras terras, de modo que devem encontrar alternativas de emprego (aliás, bem precárias) fora do setor agrícola, enquanto aguardam herdar a exploração familiar ou acumular algumas economias para a compra de um novo pedaço de terra. Quanto às filhas, a maioria (69,5%) não dá informação alguma acerca da profissão. Algumas dizem-se operárias ou funcionárias; apenas quatro declaram-se agricultoras, mas sabemos por outras fontes que a maioria participa de determinadas atividades agrícolas quando sobra algum tempo nas tarefas domésticas e que 31% delas dedicam entre 75% e 100% de seu tempo a tais tarefas. Há, portanto, uma contradição entre os fatos e as declarações, o que parece indicar certa depreciação, pelo chefe de família entrevistado, em relação à contribuição feminina nas atividades produtivas, possivelmente porque tais atividades são descontínuas (capina, colheita) ou realizam-se no âmbito doméstico (horta, viveiro etc.).

Na região de Ijuí, a agricultura ocupa a maior parte dos filhos (54%). Quanto às filhas, contrariamente às outras regiões, a maioria (51%) é declarada agricultora.

Em Leme, a profissão de agricultor é igualmente a que predomina entre os filhos homens. No entanto, como as famílias são mais reduzidas, essa atividade é exercida quase sempre na própria exploração. Entre os filhos do sexo masculino, 72% são declarados agricultores e apenas 13% das filhas agricultoras, sendo que a maior parte delas é designada por dona de casa. Em relação às duas outras regiões, procura-se menos trabalhar fora do setor agrícola e são sobretudo as filhas que se encaminham para outras profissões.

Estas diferentes orientações para filhos e filhas são confirmadas pelas aspirações profissionais que os pais formulam em relação a eles.

Na Paraíba, o desejo de manter os filhos do sexo masculino na agricultura corresponde a menos de 20% dos entrevistados, o que prova a consciência que têm das dificuldades na profissão e da precariedade dos rendimentos obtidos; os pais prefeririam ver os filhos engenheiros (ou seja, agrônomos a serviço do Estado, mediadores do crédito rural ou encarregados de assistência técnica), técnicos

ou profissionais liberais. Quanto às filhas, elas seriam professoras, funcionárias ou profissionais liberais, mas não teriam praticamente nenhuma atividade agrícola.

Em São Paulo, a profissão de agricultor é mais apreciada do que no Nordeste, mas não é igualmente aspirada para os filhos do sexo masculino. A profissão indicada em segundo lugar entre as preferidas para os do sexo masculino é a de engenheiro agrônomo, vista como uma possibilidade ainda pouco acessível de melhorar a condição do produtor através de seus conhecimentos e do diploma. As filhas deveriam, como na Paraíba, ser professoras, empregadas do Estado ou profissionais liberais.

No Rio Grande do Sul, como em São Paulo, almeja-se manter os filhos homens na agricultura, como agricultores ou como agrônomos. Nesse último caso, a escolha exprime o desejo de manter o filho do sexo masculino perto da família, em uma atividade que lhe confira status social e uma melhor condição financeira. Mas, diferentemente das duas outras regiões, a condição de agricultoras para as moças é igualmente aceita e desejada.

A educação dos filhos

No conjunto, o nível de escolaridade dos filhos³⁰ é bastante baixo: 45% deles passaram ao todo mais de quatro anos na escola. Nota-se, porém, uma nítida diferença entre rapazes e moças nas três regiões estudadas.

Na Paraíba, o acesso à escola é mais precário: 8% dos rapazes são ainda totalmente analfabetos (essa porcentagem é bem menor entre as moças). A grande maioria dos filhos (67% do sexo masculino e 65% do sexo feminino) freqüentou a escola ao menos por quatro anos, o que não significa de forma alguma, é preciso salientar, que sejam capazes de ler e de escrever. Além desse mínimo, são sobretudo as filhas que avançaram mais nos estudos. Todavia, entre os filhos dos dois sexos, são raros os que atingiram ou ultrapassaram oito anos de estudos.

Nas duas outras regiões, a situação é menos dramática: não há sinal algum de analfabetismo. Em Ijuí, o nível de escolaridade se estende em geral de quatro a oito anos, como é o caso de 47%

dos filhos e 51% das filhas. As moças, aliás, são as que atingem um nível geralmente um pouco superior ao de seus irmãos e são um pouco mais numerosas do que os rapazes nos níveis superiores de escolaridade (ainda mais que em nossa amostragem havia um número pouco menor de moças do que de rapazes). Pode-se levantar a hipótese de que os estudos são considerados como uma espécie de capital cultural que permite às filhas o acesso a uma profissão fora da agricultura enquanto aos filhos é destinada a herança do capital econômico constituído pela exploração. A mesma hipótese, aliás, vale igualmente para o Cariri, onde constatamos também uma ligeira superioridade das filhas em relação ao nível de escolaridade.

Em São Paulo, ao contrário das duas outras regiões, ao que tudo indica, são os homens que recebem uma educação escolar mais avançada: 43% dos filhos freqüentaram a escola durante mais de 8 anos e 19%, ao menos, 12 anos. Quanto às filhas, 55% não passaram dos quatro anos de escolaridade e apenas 22% têm mais de oito anos de estudos. Há, portanto, uma grande diferença entre filhos do sexo masculino e do sexo feminino. Por outro lado, vimos que em Leme as filhas são na maioria agricultoras e engajadas na produção familiar. Parece, portanto, que é em função dessa atividade, de um nível técnico mais avançado, que as famílias proporcionam aos filhos do sexo masculino o benefício de um nível de escolaridade mais prolongada.

As relações familiares

Nos três terrenos, uma parte dos filhos adultos continua a morar em casa.³¹ Essa é uma verdade principalmente para os filhos homens (34% contra apenas 24% das filhas). Maior número de filhas vai morar na cidade ou nos arredores, enquanto os filhos, quando vão, partem para outras regiões do mesmo estado ou de outros estados.

Em geral, tanto os filhos do sexo masculino como do sexo feminino permanecem em casa até o casamento. No Cariri, 52,5% dos agricultores têm mais da metade dos filhos adultos residindo em casa e um terço tem seus filhos adultos perto deles; isso corresponde também aos grupos domésticos extensos que constatamos nes-

sa região. Tal situação se explica não somente pelo valor dado à coesão familiar, materializada pela proximidade física dos membros da família, mas sobretudo pela ausência de empregos em outros setores e a falta de recursos para estabelecer os filhos adultos de forma independente. Assim, a exploração torna-se um verdadeiro "refúgio".³² É normal, entretanto, que os filhos que não cheguem a ter um espaço na agricultura emigrem para longe. Ao contrário, as filhas (cujos salários são geralmente mais baixos) encontram com maior facilidade empregos em cidades vizinhas ou na mesma região.

A freqüência dos contatos entre pais e filhos polariza-se em dois grupos: o primeiro, o mais expressivo, caracteriza-se por relações cotidianas ou semanais; no segundo, menor, os encontros são mais raros; registra-se, em determinado número de casos, uma ausência total de contatos (favorecida com toda certeza pela distância e pelo analfabetismo).

Tanto no Rio Grande Sul como na Paraíba, a moradia em comum de filhos e pais é um fator constante; a metade dos agricultores entrevistados mantém mais da metade de seus filhos adultos no lar paterno e 29% deles moram com todos os filhos. É interessante constatar também que, para uma região que, até data recente, foi um importante centro de emigração, a maioria dos filhos, ainda que deixe a exploração familiar, permanece na cidade mais próxima ou ao menos no mesmo estado; somente 17% deles deixam o Rio Grande do Sul. Como na Paraíba também há maior proporção de filhos homens que permanecem em casa. Entre os filhos de ambos os sexos que emigram, a grande maioria das filhas instala-se na cidade, enquanto os filhos homens são os que normalmente saem da esfera regional. Ainda como na Paraíba, observa-se a mesma polarização no nível de freqüência dos contatos familiares; todavia, no Rio Grande do Sul, o grupo dos que encontram pouco seus pais é bem menor, pois os deslocamentos são menores e há mais facilidade de transporte. Não houve caso algum de filho que jamais visita os pais.

Em Leme, 42% dos filhos do sexo masculino moram na casa paterna (apenas 24% das filhas). Como veremos mais adiante, uma proporção relevante dos agricultores mora na cidade, junto à sede da comunidade. Isso explica também por que a maioria dos

filhos mora na cidade. O número dos que deixaram a região é insignificante e, portanto, para a maioria, as relações familiares são cotidianas ou semanais. Não há caso de visitas ocasionais e nem de falta absoluta de contatos.

Nas três regiões, independentemente do fato de os membros da família coabitarem o mesmo teto ou não, o lar paterno permanece um ponto de convergência. Contudo, os laços de solidariedade (aqui compreendidos no nível financeiro) são bem diferenciados segundo as regiões e segundo as necessidades.

A Paraíba, das três regiões, é a que apresenta mais necessidade do auxílio mútuo familiar com o objetivo da sobrevivência de todos. Assim, o trabalho externo de cada membro da família é menos uma iniciativa individual do que uma estratégia familiar, visando à reprodução de todo o grupo doméstico. O rendimento obtido graças a essa atividade reverte-se parcial ou até mesmo integralmente, à própria família. Não é raro ver pais ajudarem financeiramente os filhos emigrados e, vice-versa, filhos que partiram para longe enviar dinheiro à família.

Para as famílias do Rio Grande do Sul, a questão que se coloca é um pouco diferente; trata-se menos de todos se engajarem no destino comum da família e da produção do que de encontrar meios de assegurar a independência dos filhos no próprio setor agrícola ou fora dele. Os filhos que partem não têm necessidade de ajudar financeiramente sua família, mas 36% das famílias ajudam os filhos ausentes (em alguns casos, trata-se do pagamento dos estudos). O rendimento proveniente do trabalho externo é utilizado, na maioria das vezes, para uso pessoal do assalariado.

Enfim, em Leme, poucos filhos exercem uma atividade externa e, quando isso ocorre, o rendimento raramente é destinado à família, mas quase sempre para o uso pessoal. Entre os pais, 28% ajudam financeiramente um ou outro filho, mas não recebem ajuda alguma.

O produtor familiar na sociedade brasileira

Iremos tentar analisar a seguir as representações dos agricultores em sua vida social local, seu lugar na sociedade e suas relações com o Estado.

A relação com o "local"³³

No Cariri, os agricultores residem em pequenos lugarejos dispersos (algumas casas) ou no interior das grandes propriedades. As relações de vizinhança são as que predominam, porém é preciso considerar que o grupo de vizinhança é constituído fundamentalmente por membros de uma mesma família. Se o "urbano" aparece como alguma coisa exterior, freqüentemente distante, o "rural", ainda que valorizado por vínculos comunitários, é desvalorizado em relação à cidade no que diz respeito às condições de vida.

Por outro lado, em São Paulo, uma parte considerável dos agricultores que interrogamos mora no perímetro urbano de Leme. Para eles, o "local" é, portanto, a própria cidade, que constitui desse modo o lugar privilegiado de sua sociabilidade. A cidade é o ponto de referência para os negócios, para o lazer e para a educação dos filhos. Apesar disso, a vida social permanece amplamente organizada em torno das relações familiares, dos grupos de vizinhança e do círculo imediato formado por agricultores amigos.

É em Ijuí, certamente devido a sua herança "colonial", que a vida local parece mais dinâmica e mais "autônoma" em relação à cidade. As famílias vizinhas reúnem-se em torno de um lugar onde se concentram a igreja, a escola, uma área de lazer e, freqüentemente, uma cooperativa.

É evidente que todas as observações feitas acerca das relações cidade/campo e acerca da vida social local imprimem a marca de suas diferenças. Assim, os produtores de Leme, na grande maioria, preferem a cidade ao campo sob todos os aspectos. Os de Ijuí e os do Cariri reconhecem certas vantagens (o acesso ao atendimento à saúde, à escola e às compras), mas valorizam o campo pelas condições de moradia, as relações com as pessoas e, até mesmo, no caso de Ijuí, com o lazer.

Nas três regiões, a vida social local é julgada, em geral, de modo positivo no que diz respeito à solidariedade. Mas a intensidade da vida social parece associada às próprias formas do lugar, às quais nos referimos antes. Compreende-se facilmente por que, em um pequeno lugarejo organizado sobre bases familiares como é o caso do Cariri, as manifestações sociais são raras e implicam

poucas responsabilidades coletivas fora do círculo familiar. Em Ijuí, ao contrário, a vida social é muito intensa e a participação nas manifestações locais é, portanto, muito freqüente. Em São Paulo, as opiniões são mais divididas.

Nas três regiões, os agricultores acreditam que, em caso de necessidade, quer seja para a exploração quer seja para eles mesmos, podem contar com a ajuda dos vizinhos. Entretanto, essa percepção, em geral positiva, é freqüentemente o reflexo de uma idealização da vida local. Os sentimentos de solidariedade não excluem outros, mais individualistas, que envolvem a intolerância e as dificuldades nas relações de amizade. Na realidade, os agricultores têm consciência de que há conflitos de diversas naturezas, implicando vizinhos (Ijuí e Cariri) ou o trabalho (Leme). Nos três casos, há uma proporção bastante substancial de pessoas que tendem a negar a existência de conflitos ou considerá-los como casos isolados.³⁴

Em todo caso, é entre os agricultores que se fazem as melhores amizades, ainda que alguns, particularmente no Nordeste e em São Paulo, mencionem também amigos entre os comerciantes.

A inserção social dos agricultores familiares

A vida social, quando ultrapassa as relações da vizinhança imediata, apresenta traços diferentes segundo cada uma das regiões.

No Nordeste, os agricultores estimam que os grupos sociais que mais intervêm na vida local são os partidos políticos e, em menor proporção, os membros do clero. Não é preciso entender “partido político” aqui no sentido técnico do termo; trata-se antes de pessoas físicas que, no quadro do clientelismo sempre predominante, defendem os interesses eleitoreiros de um líder político (muitas vezes um grande proprietário, um “coronel”) e distribuem, em contrapartida, “favores” do Estado.

Em Leme, ao contrário, a maior influência é atribuída aos proprietários fundiários, aos industriais e aos próprios agricultores. Não se reconhece influência alguma da parte dos membros do clero e poucos agricultores citaram os partidos políticos.

Em Ijuí, os grupos julgados dominantes são as indústrias ou as cooperativas e os agricultores.

Essa representação reflete, sem dúvida alguma, a experiência concreta dos agricultores de cada região. É necessário sublinhar, em particular, que se a influência da Igreja parece tão significativa na Paraíba, é pouco citada nas regiões do Centro e do Sul do país.

A percepção das diferenças entre agricultores no nível local é bastante diferente. Consideradas, no conjunto, como demasiado marcantes em Leme e sobretudo em Ijuí — onde, sem dúvida, a consciência das diferenças sociais é mais clara —, essas diferenças são antes minimizadas pela maioria dos agricultores do Cariri. Lá, os produtores familiares distinguem-se de um pequeno número de grandes proprietários que controlam vastos espaços, mas as diferenças entre os “pequenos” parecem relativamente fracas.

A opinião acerca da situação dos agricultores é inteiramente negativa, sobretudo entre os gaúchos e os paraibanos. Pode-se supor que eles exprimam assim sua condição social de “excluídos” ou que suas crenças tenham sido abaladas pela conjuntura econômica e social, que, como vimos, atingiu-os profundamente ao longo da década de 80. Todavia, podemos supor também que essas representações refletem sua experiência de inserção em uma sociedade profundamente desigual, polarizada, de um lado, pelos grandes proprietários e empreendedores rurais e, de outro, pela grande massa de trabalhadores rurais e de agricultores sem terra. Nesse contexto, compreende-se por que uma proporção não negligenciável dos entrevistados das três regiões (mais nitidamente em São Paulo) sente-se “na média” ou ainda melhor que os outros. Além disso, a maioria dos exploradores tem a sensação de viver melhor do que o pai; em Leme, eles não hesitam em admitir que experimentaram uma verdadeira ascensão social.

Os resultados obtidos no que diz respeito ao seu posicionamento perante a sociedade brasileira e os agricultores e à situação dos agricultores em relação a outras profissões confirmam as primeiras observações indicadas acima. Uma vez mais é no Cariri e sobretudo em Ijuí que os exploradores estão mais insatisfeitos.

Os produtores diante do Estado

Como já havíamos mencionado anteriormente, a intervenção do Estado no setor agrícola foi fundamental para impulsionar a modernização e engendrar a criação de uma camada social de produtores modernos. Os agricultores reconhecem esse fato, pois a maioria deles (mais de 80% nas três regiões) afirma que o Estado tem um papel a desempenhar na agricultura e julga até que sua intervenção é insuficiente.

A análise das relações dos agricultores com o Estado confirma a polarização que observamos acima. É em Ijuí que os agricultores são os mais críticos e em Leme os menos críticos em relação à intervenção do Estado, enquanto na Paraíba as opiniões encontram-se muito divididas. Analisemos cada uma das regiões em particular.

Os produtores de São Paulo reconhecem em sua maioria que receberam do Estado uma ajuda significativa ou mesmo muito significativa. Por outro lado, acreditam que os agricultores são capazes de influenciar a política do Estado, que, segundo eles, trata todos os agricultores da mesma maneira. Assim, comparados aos produtores das duas outras regiões, os produtores de algodão de Leme caracterizam-se por um alto grau de satisfação. É importante notar que o grupo que estudamos é constituído precisamente por agricultores que obtiveram êxito em seu "empreendimento" de modernização. Ora, a modernização, nesse caso, foi conduzida pelas instituições públicas, graças aos serviços de pesquisa agrônômica, à assistência técnica e ao crédito. Promovida em um "vazio" total no nível das organizações profissionais, a "tutela" do Estado desempenhou, então, um papel fundamental na organização social dos produtores modernos de algodão. Contudo, a partir das mudanças introduzidas na política agrícola durante os anos 80, boa parte desses produtores passou para a categoria de médios produtores nos registros bancários, perdendo assim uma parcela importante de subsídios que recebiam. Eles tiveram então de se contentar antes de tudo com recursos próprios para produzir e se modernizar. Daí uma avaliação negativa de sua parte em relação à ação do Estado: 94% consideram que a atual política agrícola é desfavorável para os agri-

cultores e 76% estimam que, em caso de dificuldades, não podem contar com a ajuda do Estado. Porém, essas opiniões mais críticas em relação à política agrícola atual refletem menos uma tentativa qualquer de organização ou resistência do que uma "nostalgia" dos anos 70, época em que se beneficiaram com grandes subvenções.

Em Ijuí, os produtores familiares que estudamos modernizaram-se, introduzindo novas culturas e novas técnicas em seus sistemas de produção tradicionais. Todavia, em consequência dessa modernização, a fragilidade das explorações acentuou-se. Hoje, numerosos agricultores sentem-se ameaçados no nível de sua capacidade de reprodução social e inquietos quanto ao futuro de seus filhos. Este mal-estar concretiza-se por um julgamento negativo acerca da política agrícola e do Estado que não lhes deram sustentação suficiente em seus esforços por transformações. Sendo assim, 72% dos produtores interrogados negam ter recebido alguma subvenção depois de suas instalações.

Ainda que os produtores atribuam significações diferentes às diversas formas de intervenção do Estado,³⁵ não há dúvida alguma de que, em Ijuí, a opinião dos agricultores é a mais crítica das três regiões em relação ao Estado e à política agrícola em geral. Embora admitam (74,5%) que os agricultores possam influenciar a política agrícola — e com isso reconheçam a importância das cooperativas —, consideram que a ajuda recebida foi pouco importante ou nula e que, em uma situação muito difícil, não podem contar com a ajuda do Estado (76%). Quase todos estimam que a política agrícola atual é desfavorável aos agricultores e que ela favorece determinados grupos, os grandes em detrimento dos pequenos.

Contrariamente a São Paulo, todavia, os produtores do Rio Grande do Sul mantêm uma longa tradição de organização. De um lado, pelas cooperativas que, enquanto portadoras do projeto de modernização, têm sido mediadoras entre o Estado e os agricultores e, de outro lado, mais recentemente, pela organização de diversos movimentos de lutas concretas dos produtores rurais e da organização dos trabalhadores sem terra.

Os agricultores da Paraíba consideram, na maioria, que a política agrícola é desfavorável para os agricultores e que privilegia determinados grupos em detrimento de outros: os pequenos são excluídos em favor dos grandes ou os pobres em favor dos ricos. Avalia-se também que os agricultores não influenciam a política agrícola e não contam com qualquer ajuda do Estado em caso de dificuldades. Por outro lado, se a maior parte declara não ter recebido ajuda alguma do Estado, alguns admitem ter sido favorecidos; trata-se na maioria das vezes dos que têm irrigação e de uns poucos proprietários mais importantes que se beneficiaram dos créditos subvencionados (que consideram portanto como uma "ajuda") ou, no caso do perímetro irrigado, de um apoio considerável a fundo perdido (nesse caso é curioso que muitos favorecidos por tal apoio não o reconheçam).³⁶ Para o primeiro grupo, parece que o Estado é visto como alguma coisa distante e inacessível. As instituições oficiais estão presentes particularmente pelos serviços de assistência técnica que prestam. Para os agricultores, tais serviços representam o governo, pois é preciso passar por eles para se obter recursos oficiais destinados aos projetos especiais e à pequena produção. Contudo, este apoio está longe de atender aos menores, pois é muitas vezes desviado de seus objetivos iniciais (como é o caso do "Projeto Sertanejo"). Por outro lado, o acesso a tais programas passa freqüentemente pela mediação de "políticos" ligados à oligarquia local. Nesse caso, o clientelismo impõe-se como a relação predominante entre os agricultores e o Estado.

A identidade social do produtor familiar

Não dispomos de elementos suficientes para efetuar uma análise profunda e completa da identidade dos agricultores. Nosso objetivo foi, mais modestamente, verificar em alguns pontos como os exploradores se auto-identificam e quais categorias sociais lhes servem de referência.³⁷

No Brasil, a identidade dos agricultores exprime-se em duas categorias centrais: a de "produtor rural" e a de "trabalhador rural". Os produtores de São Paulo, em sua quase totalidade, defi-

nem-se como produtores rurais; é também a maioria dos casos nas duas outras regiões. Entretanto, uma minoria significativa (um terço dos entrevistados do Rio Grande do Sul e uma proporção um pouco menor na Paraíba) escolheu o termo "trabalhador rural" para se designar. Foram raros os entrevistados que se declaram camponeses ou empreendedores.

Vários fatores explicam essas escolhas. A categoria de produtor rural define-se fundamentalmente pela oposição à de assalariado ou, ao contrário, à de grande proprietário ou de empreendedor agrícola. Essas diferenças se exprimem evidentemente no nível dos rendimentos, das condições de vida e da capacidade produtiva. Todavia o essencial parece recair sobre o patrimônio familiar, elemento fundante da condição de produtor: a propriedade distingue-os dos assalariados, mas essa propriedade, construída (ou a ser construída) pelo trabalho da família, torna-os diferentes dos grandes proprietários. Por outro lado, é preciso notar que o termo "produtor rural" foi amplamente vulgarizado em conseqüência de seu uso por diversas instituições como bancos, cooperativas, serviços de assistência técnica etc., que designam desse modo os beneficiários de seus serviços. De modo inverso, é preciso considerar a situação dos que combinam sua condição de produtores à de trabalhadores assalariados temporários ou que trabalham em terras de outros, submetendo-se às exigências rigorosas dos proprietários (é o caso, como já vimos, de uma parte dos entrevistados da Paraíba), ou ainda os que, embora proprietários, vêem seus filhos transformarem-se em assalariados rurais. Além disso, as instituições — como determinados partidos políticos, os sindicatos, o seguro social, a Igreja etc. — detêm certa influência na constituição dos fenômenos relativos à identidade como "trabalhador da terra" e "trabalhador ou camponês sem terra".

A polarização entre as identidades de produtor rural e de trabalhador da terra confirma-se ao analisarmos as referências feitas às profissões com as quais os produtores mais se identificam ou das que se sentem mais distantes. Com efeito, percebe-se que, no conjunto, as profissões mais "próximas" oscilam entre, de um lado,

o aspecto "técnico" e, de outro, uma referência à condição de trabalhador.

Tais semelhanças têm seu reverso, pois essas mesmas profissões são igualmente indicadas como as mais distantes: os "técnicos", sobretudo na Paraíba e no Rio Grande do Sul, e os operários, em particular em Leme e Ijuí. Entre as profissões mais distantes são ainda citadas as de comerciantes (nas três regiões) e de empreendedores (especialmente em Leme e Ijuí, onde esta categoria é bastante visível).

Essas representações revelam a situação contraditória na qual vivem os agricultores: diante dos comerciantes, são produtores de mercadorias; diante dos empreendedores revelam sua condição de produtores familiares e diante dos "técnicos" (tratando-se sobretudo de técnicos agrícolas e agrônomos) identificam-se com eles, à medida que se consideram técnicos da agricultura, como portadores de conhecimentos especializados em seu domínio profissional. Por outro lado, consideram esses técnicos socialmente distantes em se tratando de funcionários, portadores de um saber e de um poder burocrático.

No conjunto, verifica-se claramente que a identidade do agricultor familiar brasileiro está ainda em construção e que se constrói a partir da convicção de que o agricultor constitui uma categoria social particular, ocupando um lugar específico na sociedade brasileira, diferente, como vimos, ao mesmo tempo dos grandes proprietários e empreendedores e dos trabalhadores assalariados. Além da referência à ética trabalhista, nos termos já indicados, os agricultores reivindicam sua legitimidade social em nome de sua contribuição ao desenvolvimento nacional. Por essa razão, os exploradores familiares declaram-se conscientes, em ampla maioria, do papel importante que têm desempenhado no desenvolvimento do país. Alguns crêem também que este papel continuará muito significativo no futuro (ainda que em menor proporção).

Não obstante, essa legitimidade dos agricultores familiares está longe de ser socialmente reconhecida.

Em primeiro lugar, em razão das dificuldades de acesso às condições mínimas de exercício dessa atividade e dos obstáculos para a sua reprodução. Pode-se compreender por que os agricultores exprimem suas preocupações em relação às possibilidades de estabelecer seus filhos e ao crescimento de seu patrimônio fundiário, como os dados da pesquisa apontam em larga escala. Embora, desse ponto de vista, os produtores da Paraíba sejam os menos dotados, não se pode deixar de reconhecer no entanto o esforço que fazem para concretizar o objetivo de se tornar agricultores, apesar dos obstáculos que enfrentam.³⁸

Em segundo lugar, os produtores familiares encontram também dificuldades para delimitar seu próprio espaço social. Nesse caso, os obstáculos são diversos. Na estrutura sindical existente no Brasil, por exemplo, os produtores familiares devem se filiar ao sindicato dos trabalhadores rurais ou ao sindicato dos empreendedores, perdendo, tanto em um como em outro caso, sua especificidade. O mesmo ocorre em relação aos partidos políticos que não têm qualquer programa agrário que leve em consideração as potencialidades da agricultura familiar. Por outro lado, os produtores não se interessam pelos partidos políticos: poucos declaram sua adesão ou mesmo sua simpatia por um partido. A União Democrática Ruralista, grupo de direita recentemente criado, tentou atrair a adesão de pequenos produtores. Mas não será, sem dúvida alguma, sob a hegemonia dos grandes criadores de gado do país, que dirigem a UDR, que os produtores afirmarão sua personalidade própria.

É nesse contexto que podemos compreender as reações dos exploradores em relação ao futuro da agricultura. No Cariri e em Ijuí, a opinião que mais chama a atenção é a de que os agricultores devem contar, antes de tudo, com eles mesmos para construir esse futuro. Por outro lado, os agricultores de Leme acreditam que esse futuro depende antes de tudo do mercado mundial e do Estado e poucos dentre eles estimam que depende dos próprios agricultores. Essas opiniões confirmam as avaliações citadas anteriormente a propósito da ação do Estado e mostram até que ponto os agricultores, em cada região, sentem-se "abandonados" pelos poderes públicos ou esperam seu apoio.

Como conclusão

Esses três terrenos correspondem efetivamente a situações diferentes da agricultura familiar no Brasil.

No caso do nordeste, a presença da família numerosa determina as decisões relativas à produção. Sendo difíceis as condições de acesso à terra e aos meios de produção, os agricultores adotam uma dupla estratégia: na exploração colocam em prática um sistema complexo de organização dos membros da família, em torno da propriedade, do uso da terra e do trabalho, o que lhes permite uma real intensificação do trabalho familiar. Por outro lado, têm de recorrer ao trabalho externo que exige freqüentemente longos deslocamentos em direção a outras regiões do país. A falta de terra e a fraca produtividade da exploração exigem o trabalho externo, cujos rendimentos complementares conseguem apenas assegurar a sobrevivência da família e não permitem o desenvolvimento técnico da exploração. A reprodução da exploração familiar, longe de estar ameaçada, efetua-se regularmente, evitando assim a proletarianização e a migração definitivas.

Em Ijuí, a possibilidade de orientar os filhos em direção às zonas de colonização permitiu seu estabelecimento em novas explorações, e com isso a reprodução agrícola familiar, sem para tanto colocar em risco a exploração familiar original. Graças a esta "porta de saída", ela pôde estruturar-se e adaptar-se às novas exigências de modernização da produção agrícola. Atualmente, essa via parece fechar-se e a modernização da agricultura impõe aos produtores das superfícies um mínimo de exploração mais expressivo e maior capital. A família tenta enfrentar o bloqueio fundiário por diversos meios: a intensificação da atividade familiar na exploração, especialmente trabalhando com produções destinadas ao autoconsumo e desenvolvendo atividades complementares de transformação. O aumento das áreas cultivadas graças a diversas formas de exploração (associação familiar, arrendamento ou parceria entre membros da família), o recurso ao trabalho externo na própria região (sobretudo sob a forma de prestação de serviços a outros agricultores) e mesmo o engajamento político nas lutas dos produtores rurais e

dos trabalhadores sem terra da região são reações dos exploradores familiares criando tanto uma nova conjuntura quanto o risco de se colocarem em perigo.

No caso de São Paulo, as contradições concretas da produção local parecem impor uma dupla relação entre a exploração e a família. De um lado, a produção revela um dinamismo próprio, de uma certa forma de *independência* entre a família e o trabalho. Uma parte importante do trabalho é executada pelos assalariados e a maioria das mulheres está livre dos trabalhos na exploração, embora não esteja excluída de sua direção. Além disso, essa mesma dinâmica renova o caráter familiar da exploração, exigindo o engajamento dos filhos, particularmente na realização do trabalho nas fases mecanizadas da produção e no controle dos assalariados empregados nas fases manuais do processo de produção.

Quanto à vida social, poder-se-ia afirmar que em cada região os agricultores estão inseridos em uma "sociedade local" diferente, cujos contornos são fruto das particularidades da história regional do campesinato brasileiro. Onde uma comunidade camponesa pôde implantar-se e desenvolver-se, como em Ijuí, a vida local apresenta hoje maior riqueza e intensidade. Onde a agricultura familiar foi, de uma forma ou de outra, dependente da grande propriedade, a sociedade rural local está atualmente empobrecida (como no Cariri) ou praticamente diluída na vida urbana (como é o caso dos agricultores de Leme, em São Paulo).

A constituição desta identidade social do agricultor familiar não pode atenuar as profundas diferenças que se exprimem muitas vezes no nível regional, mas também em outros níveis que nossa pesquisa colocou em evidência. Desse ponto de vista, seria necessário aprofundar a análise através de um estudo acerca da formação de expressões de *identidades* de caráter mais específico e mais "coladas" à realidade concreta e imediata dos produtores. Para utilizar exemplos de nossa pesquisa, pensamos particularmente mais nos "que irrigam", nos "produtores de algodão", nos "colaboradores", nas "agricultoras" e evidentemente nos "trabalhadores sem terra".

ANEXOS

TABELA 1

DIVISÃO DAS EXPLORAÇÕES SEGUNDO A SUPERFÍCIE

Categorias de superfície (ha)	CARIRI				LEME				IJUI			
	ST Nº %	SAU Nº %	ST Nº %	SAU Nº %	ST Nº %	SAU Nº %	ST Nº %	SAU Nº %	ST Nº %	SAU Nº %		
Até 5 ha	15 25	15 25	- -	- -	- -	- -	- -	- -	3 6	6 6		
6 a 10	4 7	5 8	- -	- -	- -	- -	- -	4 8,5	4 8,5	4 8,5		
11 a 20	15 25	14 23	5 10	8 16	7 15	10 21						
21 a 50	8 13	8 13	32 64	29 58	24 51	21 45						
51 a 100	9 15	9 15	8 16	8 16	7 15	6 13						
101 a 200	4 7	4 7	3 6	3 6	3 6	2 4						
201 a 500	5 8	5 8	1 2	1 2	2 4	1 2						
501 a 1.000	- -	- -	1 2	1 2	- -	- -						
Mais de 1.000 ha	1 2	1 2	- -	- -	- -	- -						
TOTAL	61 100	61 100	50 100	50 100	47 100	47 100						

Fontes: Enquetes realizadas em 1988 e 1989

TABELA 2

OCUPAÇÃO DO SOLO
(Cariri — Paraíba: colheita 1987/88)

	Nº de produtores	Superfície (em ha)	Produção anual (Qx/ha)	Produtividade (Qx/ha)	Quantidade vendida*
Milho	58	189,1	1,787	9**	12% (14)
Feijões	58	172,1	378	2**	17% (20)
Horticultura	29	36,6	-.***	-.***	57% (21)
Algodão	12	31,1	40	1,3	67% (8)
Sementes selec.	4	26	211	8	55% (3)
Árvores frutíferas	15	15,6	-	-	41% (7)
Arroz	4	6,5	133	20,5	53% (4)
Mandioca	7	3,2	40	12,5**	10% (1)
Cana-de-açúcar	2	1,3	2	1,5	0%
Pastagens nat.	45	3,740			
Pastagens perm.	12	57,6			
Prod. forrag.	30	92,6			6% (2)
Floresta	3	306			
Sup. não expl.	8	255			
S.A.U.	61	4.531,8			
Superfície total	61	4.531,8			

FONTE: Enquete realizada em julho de 1988

* entre parênteses: número de produtores que vendem.

** esta produtividade é subestimada, pois está baseada na quantidade de produtos conservados e não considera o consumo em produtos frescos.

*** para 16 exploradores, o principal produto é o alho cultivado em irrigação com um rendimento aproximado de 60 Qx/ha.

TABELA 3

OCUPAÇÃO DO SOLO
(Leme — São Paulo)

	Nº de produt.	Superfície (em ha)	Prod. Anual (Qx)	Rendim. (Qx/ha)	Quantidade vendida*
Milho	40	309,5	13.727	44	33% (18)
Feijões	29	106,7	613	6	32% (11)
Horticultura	1	5			80% (1)
Algodão	49	1.831,7	50.105	27	100% (49)
Sementes selec.	6	188,9	8.280	44	82% (5)
Batata/mandioca	10	1,5			0%
Girassol	2	3,6	10	3	50% (1)
Soja	4	91,8	2.311	25	100% (4)
Outros legumes secos	1	2,4			0%
Árvores frut.	18	144,2	-	-	28% (5)
Arroz	50	93,8	2.400	26	21% (5)
Trigo**	13	157,2	2.130	14	89% (11)
Centeio	1	1	60	60	0%
Cana-de-açúcar	19	133,7	151.510	1.141	42% (8)
Pastagens nat.	30	63,6			
Pastagens perm.	10	92,9			
Prod. forrag.	2	10,6			
Floresta	20	38,7			
Sup. não expl.	12	24,2			
S.A.U.	50	3.018			
TOTAL	50	3.080,5			

FONTE: Enquete realizada em julho de 1988

* entre parênteses: número de produtores que vendem.

** atribuiu-se a média das outras enquetes aos que não indicaram o volume de sua produção e de suas vendas.

TABELA 4

OCUPAÇÃO DO SOLO
(Cariri — Paraíba: colheita 1987/88)

	Nº de produt.	Superfície (em ha)	Prod. Anual (Qx)	Rendim. (Qx/ha)	Quantidade vendida*
Soja	47	1.483,5	24.215	16	94% (47)
Trigo	45	766	12.534	16	95% (35)
Sementes sel.	12	241,7	6.350	27	76% (11)
Milho	45	197	4.616	23	3% (4)
Aveia	11	126,8	193	1	14% (2)
Cevada	9	77	493	6	36% (4)
Batata/mandioca	38	30,8	2.545	83	6% (5)
Cana-de-açúcar	26	22,8	4.919	218	7% (2)
Colza	2	16	156	10	94% (1)
Árvores frutif.	28	15,6			20% (7)
Feijões	28	13,6	81	6	5% (2)
Arroz	9	7,4	263	36	11% (1)
Legumes secos		6,7	34	5	46% (2)
Centeio	2	6	50	8	100% (2)
Cereais mistur.	2	8			0%
Horticultura	3	0,7			0%
Prod. forrag.	29	251,3			0%
Pastagens natur.	35	100			
Pastagens perm.	20	54			
Floresta	40	177			2% (1)
Superf. não expl.	17	69			
S.A.U.	47	1.860,3			
Superf. total	47	2.363,8			

FONTE: Enquete realizada em julho de 1988

* entre parênteses: número de produtores que vendem.

TABELA 5

DIVISÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL
No Cariri
(61 produtores)

	Nº de produt.	Nº de cabeças	Prod. anual (cabeças)	Quantidade vendida	Nº de vended.
BOVINOS	43	639			
Reprodutores	22	28	103	0	
Vacas leiteiras	39	165	138.101*	19.600*	7
Vitelas	32	181		3	1
Novilhos	35	198		14	5
Em engorda	12	79	73	64	7
SUÍNOS	25	86			
Porcas	14	30	113	52	6
Leitões	17	35		4	3
Em engorda	9	21	22	17	6
OVINOS	29	741			
Ovelhas	29	474		1	
Cordeiros	25	213	247	71	9
Em engorda	7	54	61	23	5
CAPRINOS	27				
Cabras	26	506	**	**	6
AVES					
Frangos engorda	55	1.581	2.578	220	13
Ovos	54		13.250	32.150	15
LÃ E COURO			211	211	12
Anim. de tração	29	72			

FONTE: Enquete realizada em julho de 1988

* em litros de leite.

** um único produtor cria cabras pelo leite. Ele possui um rebanho de 80 ovelhas, obtendo 100 litros de leite por dia em período de lactação e declara vender toda sua produção.

TABELA 6

DIVISÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL
Em Leme — São Paulo
(50 produtores)

	Nº de produt.	Nº de cabeças	Prod. anual (cabeças)	Quantidade vendida	Nº de vended.
BOVINOS	36	470			
Reprodutores	16	17	104	1	1
Vacas leiteiras	34	214	183.116*	47.100*	3
Vitelas	25	87		2	1
Novilhos	29	130		11	2
Em engorda	8	25	16		
SUÍNOS	33	488			
Porcas	28	66	407	24	2
Leitões	26	262		203	4
Em engorda	23	154	194	201	5
OVINOS	1	4			
Cordeiros	1	4			
CAPRINOS	1				
Cabras	1				
AVES					
Frangos engorda	41**	5.410	16.869	15.060	1
Ovos	34		117.926	14.896	18
Anim. de tração	30***	159			

FONTE: Enquete realizada em julho-setembro de 1989

* em litros de leite.

** entre eles, há um produtor que cria 3.500 frangos.

***quatro produtores possuem cada um dez animais de tração ou mais.

TABELA 7

DIVISÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL
Em Ijuí — Rio Grande do Sul
(47 produtores)

	Nº de produç.	Nº de cabeças	Prod. anual (cabeças)	Quantidade vendida	Nº de vend.
BOVINOS	45	639			
Reprodutores	14	17	39	9	1
Vacas leiteiras	44	252	400.945*	318.026*	34
Vitelas	40	204		15	8
Novilhos	38	171		4	4
Em engorda	30	75	102	9	6
SUÍNOS	46**	6.599			
Porcas	34	329	878	235	15
Leitões	32	4.438		1.216	12
Em engorda	40	2.419	3.884	2.124	24
OVINOS	6	46			
Ovelhas	2	9	9		0
Cordeiros	1	1	13	0	0
Em engorda	5	19		15	1
CAPRINOS	3	6			
AVES					
Frangos engorda	46	4.070	6.012	457	10
Ovos			117.378	60.396	34
LÃ E COURO			5	5	1
Anim. de tração	25	40			

FONTE: Enquete realizada em julho-setembro de 1989

* em litros de leite.

** o número total e a média de porcos por exploração são superestimados pela existência de 4 grandes e médios criadores que possuem respectivamente 400, 500, 2.190 e 2.880 cabeças. Excluindo-os, a média cai para 13,4 porcos por exploração.

NOTAS

1. Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1978, 314 pp. Segundo a autora, os períodos passados na cidade ou no campo marcam o ritmo de vida das antigas populações rurais, idem, p. 281.

2. Segundo Emílio Willems, por exemplo, a cidade de Cunha, em São Paulo, que ele estudou nos anos 40, "é uma pequena cidade que assemelha-se a uma grande aldeia". E. Willems. *Cunha, tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947, p. 77.

3. Nos contentaremos por indicar alguns elementos de reflexão acerca das regiões que estudamos.

4. Guilherme Palacios. "Campeinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil, 1700-1875", *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1987, 30 (3): 325-356.

5. Afrânio Raul Garcia Jr. "Libres et assujettis: la transition des travailleurs dépendants aux travailleurs libres dans le Nord-Est du Brésil", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 1986 (65): 14-40.

6. Isso porque, afirma Celso Furtado, "a partir dos anos 70 do século passado, as secas não são somente calamidades que dizimam os rebanhos, mas transformam-se em autênticas catástrofes sociais". Celso Furtado. *Dialética do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p. 167.

7. A caça e a pesca poderiam compensar em parte as carências em proteínas da alimentação humana, mas não substituem a criação de gado em sua função de fertilização do solo, cujas qualidades naturais resistiam por alguns poucos anos de culturas. Cf. Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1964, 239 pp.

8. José Graziano da Silva. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1981, 210 pp.

9. Em um estudo recente acerca do emprego agrícola em 1985, Ângela Kageyama indica "um crescimento da pobreza absoluta na agricultura". A. Kageyama. O emprego agrícola em 1985; análise preliminar, Campinas, Unicamp/IE, p. 12.

10. A população urbana que, em 1970, correspondia a 56% da população total, passou para 68% em 1980. A população rural em si sofreu, durante esse mesmo período, uma redução em termos absolutos "passando de 41,6 milhões em 1970 a 39,1 milhões em 1980". Cf. George Martine e Liscio Camargo. "Crescimento e distribuição da população brasileira; tendências recentes", Brasília, IPEA, 1983, p. 35 (CNRH, *Documento de Trabalho*, 5).

11. CNBB. "A Igreja e os problemas da terra". Documento aprovado pela 18a. Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Itaiç, 14 de fevereiro de 1980. São Paulo, Edições Paulinas, 1980, p. 38 (*Documentos da CNBB*, 17).

12. Segundo Ângela Kageyama e Sônia M. P. Bergamasco, o Recenseamento Agrícola de 1980 assinalou que, em todo o Brasil, 5.151.155 explorações agrícolas declararam suas

superfícies. Entre elas, um grupo de 3.688.418 explorações (72%) "pode ser qualificado de conjunto das unidades familiares agrícolas, caracterizadas pelo fato de elas serem dirigidas pelo produtor (chefe de família) e utilizarem mão-de-obra familiar". A. Kageyama, e Sônia M. P. Bergamasco. "A estrutura de produção no campo em 1980 — Perspectiva", *Revista de Ciências Sociais*, Unesp, (12/13), 1989/1990, pp 55-72.

13. A. Kageyama. Op. cit. A autora constata, ao analisar a evolução do emprego agrícola a partir dos dados do Recenseamento de 1985, "a reativação de pequenas explorações familiares" e o aumento da força de trabalho familiar. Entre as causas dessa expansão, ela indica "o fim da seca no Nordeste e a conclusão ou suspensão de grandes obras públicas" como também "a diminuição das oportunidades de emprego no meio urbano, atenuando ou deixando para mais tarde eventuais migrações a partir das zonas rurais".

14. A maioria das entrevistas foram realizadas nas comunidades de Serra Branca e Cabbaceiras, mas algumas poucas foram efetuadas também em Sumé e São João do Cariri, para incluir produtores representativos de categorias não encontradas nas duas primeiras comunidades.

15. Com efeito, 70% das terras estão nas mãos de um núcleo de grandes proprietários (7% dos chefes de exploração) que exercem seu controle sobre os trabalhadores na propriedade e nos arredores, embora a grande maioria das explorações seja muito exígua — 65% delas contam com menos de 10 hectares —, o que as situa nos limites da viabilidade e obriga os exploradores, como se verá, a estratégias variadas para poderem sobreviver. Fonte: IBGE, 1985, *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, Região Nordeste*.

16. O que significa que não foi preciso buscar em nossa amostragem uma representação estatisticamente proporcional de cada categoria.

17. Expressão que se refere aqui ao passado dos "colonos" ou imigrantes de origem européia.

18. Em Leme, 24% dos produtores declaram possuir uma parte de suas terras em copropriedade com outros membros da família. Contudo, em alguns casos, a associação familiar pode indicar uma situação provisória, pelo fato de a divisão do patrimônio não ter sido ainda realizada legalmente.

19. No Cariri, o pagamento do aluguel efetua-se em porcentagem da produção ou em valores (monetários ou produtos) fixados de antemão. O acordo do proprietário fundiário é praticamente sempre oral; assemelha-se a um "favor" mais do que a um contrato jurídico e pressupõe muitas vezes uma retribuição extra, não legal, como por exemplo prestações de serviços. Não é raro que o acordo seja rompido antes do término, segundo as conveniências do proprietário.

20. Uma determinada contraparte é esperada desta categoria inteiramente singular de trabalhador, um "habitante" a quem foi permitido se instalar na propriedade com sua família, em uma casa posta à disposição pelo proprietário, e a quem é geralmente permitido cultivar um pouco de terra para sua subsistência em troca de sua disponibilidade constante para a execução de diversos trabalhos ocasionais na propriedade.

21. Anita Brumer. *A terra como fator de produção entre pequenos agricultores modernizados da região de Ijuí*, Porto Alegre, Pipsa, 1990, 26 pp. (mimeo.).

22. Seria importante indicar que, no Brasil, somente a propriedade jurídica pode ser objeto de transmissão hereditária. Não se herda, pois, nem o direito de exploração e nem um contrato de locação (arrendamento ou parceria) da terra.

23. Em Leme, 34% dos produtores entrevistados não compartilham dessa opinião. Suas respostas referem-se certamente à sua própria história no início da qual, como se dizia acima, a parceria desempenhou um papel importante de transição em direção ao acesso à propriedade.

24. Oleg Stanek. *L'exploitation familiale dans l'Est du Québec; enquête comparative sur les capacités d'adaptation de la ferme familiale*, (texto preliminar), Rimouski, Universidade de Quebec em Rimouski, 1990, p. 13.

25. Se, por exemplo, em uma exploração de 20 hectares, cultivam-se apenas 3 (por falta de mão-de-obra, de máquinas ou porque o restante das terras não é adequado), os agricultores responderão que a superfície que desejariam explorar deveria ter 6 hectares. Para eles, com efeito, "explorar" significa investir trabalho humano. Os percursos não lhes parecem "explorados"; no nível da representação, seriam antes considerados espaços de colheita.

26. É preciso salientar que o milho, cultura muito mal adaptada às condições da região semi-árida em razão de suas exigências hídricas, é no entanto bastante apreciado pelos produtores por suas qualidades de conservação (que lhes permitem constituir estoques e atravessar assim muitos anos de seca após uma boa colheita) e pela flexibilidade de seu duplo uso (humano e animal).

27. Os produtores estimam que os custos dessas técnicas são exagerados para as culturas de subsistência; eles só aceitam produtos de alta produtividade dos quais esperam um bom preço, esperança aliás muitas vezes frustrada.

28. Que não se pode confundir com a família no sentido restrito do termo (pais e filhos); o grupo doméstico inclui todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto e pode, portanto, ser mais ou menos expressivo em número de pessoas do que a família "restrita".

29. Neste caso, consideramos os filhos a partir de 18 anos.

30. Consideramos aqui os filhos com 7 anos ou mais. A escolaridade foi calculada segundo o número de anos em que o filho freqüentou a escola, o que não corresponde necessariamente, é bom lembrar, aos níveis sucessivos de estudos. Para a comparação, estabelecemos os seguintes intervalos: até 4 anos de estudos, de 5 a 8 anos, de 9 a 11 anos e 12 anos ou mais.

31. Para o estudo do lugar de habitação e a freqüência das visitas, consideramos os filhos com 18 anos ou mais.

32. Mas um refúgio bem "restrito", dada a pequena dimensão da maior parte das explorações, o que explica o grande número de filhos que, embora trabalhando na exploração, exercem uma atividade externa assalariada, como se verá mais adiante.

33. Em nossa pesquisa, tentamos compreender a percepção que os agricultores tinham da vida local, supondo a existência de um espaço geográfico e social específico — a "aldeia" — que guardaria, sob diversas formas, sua especificidade ante a vida urbana e seria, portanto, de um modo ou de outro diferente da cidade, ou percebido como tal pelos agricultores. Quisemos, pois, antes de tudo, identificar as expressões dessa especificidade e dessa diversidade.

34. Na realidade, os produtores de algodão temiam fazer alusão aos intensos conflitos que os opunham aos trabalhadores assalariados que contrataram para as colheitas. É digna de nota a combatividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leme, que representa uma grande parte dos assalariados que trabalham na colheita de cana-de-açúcar, de laranjas e de algodão da comunidade. Ainda que os produtores de algodão não tenham a capacidade de empreendimento dos usineiros e dos produtores de laranjas, são igualmente patrões e vivem esta contradição de maneira bastante tensa.

35. Pôde-se avaliar que os subsídios acordados com os agricultores através de empréstimos a juros inferiores aos do mercado não são considerados como uma ajuda; para muitos, ao contrário, trata-se de uma obrigação do governo.

36. Observa-se que dois "moradores vaqueiros" declaram ter sido ajudados pelo governo, o que indica o quanto eles o confundem com seu patrão.

37. As questões que o grupo de pesquisadores se colocava a esse respeito partiam da suposição de que o desenvolvimento em geral de nossas sociedades fez irromper o "mundo camponês" tradicional. Queríamos, portanto, perceber como os agricultores se situam na sociedade nacional, complexa e diversificada. Mais precisamente, queríamos analisar em que medida eles mantêm seu caráter de camponeses, ainda vinculados a um mundo rural, ou constituem uma nova categoria social, plenamente integrados social, econômica e culturalmente na sociedade.

38. A condição de agricultor não pode ser "medida" pela superfície disponível, nem pela quantidade de produtos oferecidos no mercado. A construção da identidade social realiza-se, nesse caso, pelo combate, freqüentemente obstinado e nem sempre vitorioso, dos movimentos de pequenos produtores, "posseiros" e trabalhadores rurais sem terra, que lutam pelo acesso à sua condição de agricultores.

3

A EXPLORAÇÃO FAMILIAR NAS SOCIEDADES COLETIVIZADAS